



Segurança e paz

Violência Estatísticas alarmantes e acontecimentos cotidianos têm levado a população brasileira a uma forte sensação de insegurança. Esse clima traz à tona debates acirrados sobre

soluções para a violência: posturas ostensivas e preventivas se contrapõem. Pesquisadores dedicados ao tema na Universidade e agentes ligados às forças policiais, no entanto, dizem ser preciso

superar a cultura da violência – traço comum no Brasil. Eles recomendam, então, um pacifismo ativo baseado na educação e numa nova forma de encarar a democracia e a própria sociedade.

CadernoJU

POLÍTICA EXTERNA

Desengajamento e redução da cooperação

Para o cientista político André Luiz da Silva, a queda do governo Dilma pode enfraquecer a participação do país nos BRICS, bloco considerado entrave aos interesses dos EUA. Assim, muitas das parcerias e grupos de coalizão articulados pelo Brasil nos últimos anos poderiam retroceder. “Esse desengajamento, reduziria a presença internacional do Brasil para os parceiros tradicionais, retirando do país a capacidade de barganha e projeção.” **P10**

PROJETO DE LEI

Reação a conquistas da escola democrática

Doutor em Educação pela UFRJ e criador da página Professores Contra Escola Sem Partido, Fernando Penna considera que iniciativas como o PL 867/2015 constituem-se numa reação a recentes conquistas. “Ao longo dos dois últimos anos tivemos leis importantes que tornam obrigatório o ensino de história e cultura afro-indígena. Aí eles vêm e dizem que isso é doutrinação religiosa de candomblé e umbanda. É uma reação.” **P9**

LEGISLATIVO

Não basta comparecer às urnas



A Câmara de Vereadores não tem poder para aumentar o número de policiais nas ruas, nem para construir postos de saúde. Mesmo assim, a cada eleição, promessas voltam a circular nos discursos dos candidatos aos legislativos municipais. Com uma nova leva de vereadores eleitos, 4.904 nos municípios gaúchos, o que os eleitores podem e devem cobrar dos empossados? Para especialistas, o compromisso com o voto não esgota nas urnas, implica um acompanhamento das ações parlamentares até mesmo pelas redes sociais. **P5**

CIÊNCIA

O subestimado potencial das frutas nativas



P11

Criações coletivas
A transformação das ruas em palco de histórias **P13**

Feira do Livro
Editora da UFRGS expõe na Praça da Alfândega **P12**



Espaço da Reitoria

Rui Vicente Oppermann
Reitor

Pluralidade e inovação

A UFRGS, como as demais universidades públicas brasileiras, surge a partir das necessidades da sociedade e tem com sua comunidade uma identidade indissociável. Dessa forma, é natural que a Universidade viva nesses dias os dilemas, confrontos e desafios colocados para a sociedade como um todo. Sua missão maior é se debruçar sobre esses desafios para entendê-los, buscar alternativas, propor o novo a partir do desconhecido, compartilhar seus saberes e fazeres.

Pode-se afirmar que a expansão, a inclusão e a internacionalização constituíram o tripé do mais recente ciclo de desenvolvimento da UFRGS. Os resultados podem ser medidos por sua presença constante entre as melhores universidades do país e da América Latina e com notável presença no cenário internacional. Essas conquistas permanecem porque não são produto acabado,

mas sim espaços para o permanente desenvolvimento de parcerias, projetos e ações que envolvem a comunidade universitária e a sociedade.

Nesse sentido, reconhecemos uma demanda clara para que se promova uma análise crítica e propositiva sobre a atual estrutura universitária e a sua capacidade de responder aos anseios da comunidade. O conceito de bem viver engloba sustentabilidade, espaços, segurança, saúde e também alguns temas recorrentes, como o combate à intolerância, a promoção da diversidade, a inclusão, a transparência e a escolha de dirigentes.

Iniciamos este novo ciclo buscando soluções criativas e sustentáveis para as dificuldades de nosso tempo e assegurando os parâmetros de qualidade tão caros à nossa história. Pautamo-nos

em valores muito claros: a ética, a transparência e a colaboração. Dentro dessa perspectiva, reafirmamos nosso compromisso com os seguintes princípios: respeito à pluralidade de ideias; preservação do caráter público das universidades federais; gratuidade do ensino com garantia de recursos financeiros e de pessoal para as instituições federais de ensino superior; autonomia universitária; política de investimentos públicos em educação, pesquisa e extensão; e prioridade para a educação de acordo com o estabelecido no Plano Nacional de Educação.

Para os próximos dez anos, o Plano de Desenvolvimento Institucional propõe que a UFRGS seja reconhecida como instituição de excelência em todas as suas áreas de atuação. Nessa busca, entendemos que a perspectiva inovadora deve permear o cotidiano da Universidade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora
Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor substituto Felipe Ewald

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Everton Cardoso, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Vera Lúcia Giliese e Kleiton Semensatto da Costa

Fotografia Flávio Dutra (Editor)

Revisão Antônio Palm Falcetta

Bolsistas (Jornalismo) Cássia de Oliveira, Júlia Costa dos Santos, Kayan Moura, Lucas Mello e Paula Barcellos

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

ufrgsnoticias



respeito:
vamos construir juntos?



Artigo

Estudos Latino-americanos: pesquisa e prática docente no CAp-UFRGS

O Colégio de Aplicação (CAp) da UFRGS, ao longo da sua história, vem cumprindo um importante papel no que se refere ao desenvolvimento de experiências pedagógicas inovadoras. Neste sentido, constitui-se como um importante espaço de produção, experimentação e socialização de conhecimento, métodos-técnicas de ensino e material pedagógico. O CAp representa, ainda, um importante espaço de observação, pesquisa e prática docente para alunos e professores dos cursos de licenciaturas da Universidade e de outras instituições de ensino superior.

Buscando, mais uma vez, materializar o seu caráter de protagonismo educacional, no ano de 2014 foi aprovada uma proposta de alteração curricular para os anos finais do ensino fundamental. Com base nisto, o CAp, desde 2015, conta com um novo componente curricular, denominado *Estudos Latino-americanos*. A concepção e a elaboração do projeto pedagógico deste componente curricular têm sua origem, entre outros elementos, nos estudos realizados em decorrência do projeto de pesquisa Ensino de História Latino-americana: limites e possibilidades.

Com base nos resultados de diferentes investigações, realizadas na área do ensino de História, é possível identificar referências aos conteúdos relacionados às temáticas latino-americanas nos diferentes programas de ensino no Brasil desde o período imperial, ainda em meados do século XIX. Transcorridos mais de cento e cinquenta anos dessa primeira referência, e considerando-se um conjunto significativo de alterações nos programas educacionais, uma questão manteve-se praticamente inalterada em relação à temática analisada: o caráter eurocêntrico das abordagens propostas.

Para além de sua presença nos programas de ensino, esse traço presente nos temas relacionados à América Latina também ocorre nos textos apresentados em um número considerável de publicações didáticas. Considerando-se as coleções distribuídas pelo Plano Nacional do Livro Didático destinadas aos anos finais do ensino fundamental para o triênio 2014-2016, é possível perceber claramente o caráter eurocêntrico das narrativas. Correspondendo, de uma forma geral, a apenas cinco por cento do total de capítulos, os elementos relacionados

à história latino-americana são abordados de forma marginal aos episódios relacionados à história europeia.

A apresentação das civilizações meso-americanas tão somente após o processo de expansão marítimo-comercial ibérica, as representações das culturas dos povos originários como elementos relacionados unicamente a um passado remoto ou, ainda, uma grande condensação de complexos processos históricos em um único capítulo são apenas alguns dos exemplos dos equívocos cometidos em relação às abordagens dos temas vinculados à história latino-americana.

É possível destacar ainda que o tratamento dado aos temas relacionados à América Latina em áreas do conhecimento como geografia, sociologia, filosofia, literatura e artes também apresenta limitações, sofrendo, de alguma forma, com o descaso ou a marginalização. O conhecimento produzido por intelectuais, artistas e ativistas sociais latino-americanos é, muitas vezes, preterido em detrimento daquele produzido na Europa.

A criação de *Estudos Latino-americanos* assume, dessa forma, um importante desafio. Constituinte do seu arcabouço teórico nos

referências de um pensamento decolonial (com base em autores como Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Dignolo, entre outros), o componente curricular busca oportunizar aos alunos um conjunto novo de reflexões, de caráter transdisciplinar, acerca do contexto latino-americano. Estabelece-se uma forma de pensar (e agir) que permite (exige) um olhar mais abrangente, que não assume as antigas barreiras disciplinares nem tampouco os velhos paradigmas teóricos como verdades absolutas. Estruturado a partir de eixos temáticos – A formação e a ocupação do espaço latino-americano, A diversidade cultural, A inserção da América Latina no Sistema-Mundo, As organizações e mobilizações sociais e A América Latina no Século XXI –, o componente pretende constituir-se como um importante instrumento no processo de reconhecimento, análise e constituição de uma identidade latino-americana.

Edson Antoni
Professor do Colégio de Aplicação e do Programa de Pós-graduação em Ensino de História-UFRGS



FLÁVIO DUTRA/JU

Jogos universitários em novembro

Integração Cerca de 600 estudantes participarão de 14 modalidades esportivas no Câmpus Olímpico

Em novembro ocorre a primeira edição dos Jogos Universitários Movidos pela Solidariedade (JUMPS) da UFRGS, uma promoção da Divisão de Esportes da PRAE (Pró-reitoria de Assuntos Estudantis) em parceria com o DCE (Diretório Central de Estudantes). O principal objetivo da iniciativa é a integração dos alunos de graduação e pós-graduação de todos os cursos, que participarão de 14 modalidades esportivas desenvolvidas na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID), no Câmpus Olímpico. A data dos jogos está prevista para o dia 5 – podendo ser transferida para o dia 11 em caso de chuva –, das 8h às 19h30.

De acordo com o diretor da Divisão de Esportes da PRAE, Cláudio Paiva, a previsão é de que sejam 600 alunos inscritos nos jogos competitivos, que vão dos esportes mais tradicionais, como basquete e futebol, até outros não tão usuais, como taco e truco. Estão previstas também modalidades de caráter demonstrativo, para as quais não haverá necessidade de inscrição prévia. Entre elas estão o vôlei sentado e o futsal para deficientes visuais, com a participação de esportistas

convidados de associações de pessoas com necessidades especiais. Durante os jogos, será inaugurada a nova pista de atletismo da ESEFID (foto).

Além dos estudantes-atletas que circularão pela escola durante os jogos, o evento contou e contará com a colaboração de alunos de cursos que não exclusivamente de educação física, como publicidade, fisioterapia, medicina, enfermagem e artes. Entre as atividades preparatórias, coube a alguns desses estudantes a criação do logotipo, assim como o planejamento de estratégias de divulgação; a outras foram designadas a organização das instalações e a arbitragem. No dia das competições, outro grupo de alunos prestará apoio em primeiros-socorros e fará apresentações artísticas.

Assim como nas atividades esportivas organizadas pela Divisão de Esportes da PRAE em comemoração aos 80 anos da UFRGS, quando foram coletados 200 brinquedos posteriormente doados a uma creche de Porto Alegre, os participantes do JUMPS, ao se inscreverem, também farão doação de brinquedos e livros infantis, que terão o mesmo destino.



Conhecendo a UFRGS

Conhecimento em todos os espaços

“A universidade não tem futuro se ela não existir para a sociedade, se ela não retornar para a sociedade as ações”, diz Elias Santos, estudante de jornalismo da UFRGS que participou do Programa Convivências – projeto de extensão coordenado pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), baseado na ideia da troca de experiências e na certeza de que o conhecimento habita todos os espaços. Essa iniciativa é destaque no programa Conhecendo a UFRGS que a UFRGS TV exibe este mês.

Completando 20 anos em 2016, o Programa Convivências é um grande expoente das ações que movimentam a Universidade na direção das comunidades que a rodeiam. Desde 1996 já foram realizadas ações junto a comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e de periferia urbana, promovendo um contato entre histórias, costumes e trajetórias de vida. As ações variam de acordo com as parcerias com as comunidades, abordando tanto aspectos específicos dessas comunidades quanto mais gerais. O público do programa é formado por estudantes de graduação, servidores técnicos e professores, além dos membros das comunidades onde as ações acontecem.

Em 2016, a ação ocorreu no Quilombo dos Alpes, comunidade formada por 60 famílias que se localiza no Morro dos Alpes, zona sul de Porto Alegre, e que luta pelo título da área junto à prefeitura municipal. Para a líder do quilombo, Rosângela Ellias, conhecida como Janja, é importante a universidade promover ações que retirem os estudantes da sala de aula e os colocam em contato com as lutas de populações com trajetórias diferentes das suas. Para Rita Camisolão, coordenadora do DEDS, o notável nesse processo é a desconstrução da ideia de que a universidade detém o conhecimento: “A gente vai com a expectativa de ensinar e aprende mais do que imaginava – e muito mais do que deixa lá”.

Glauber Cruz, aluno de Jornalismo da Fabico/UFRGS

Assista ao programa Conhecendo a UFRGS vai ao ar no dia 11 de outubro, na UNITV, canal 15 da NET POA, às 18 e às 23h, e também ao vivo pelo site www.unitv.tv.br

Saúde

Inaugurado Hospital de Ensino Odontológico

No dia 19 de setembro foi inaugurado o Hospital de Ensino Odontológico da UFRGS. Com 3.040 metros quadrados e capacidade para atender até 144 pessoas ao mesmo tempo, oferece todas as condições técnicas para a formação de dentistas e fonoaudiólogos, além de abrir espaço para consultas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). É o único hospital construído especificamente para o ensino de odontologia da rede federal de ensino superior.

Com funcionamento de segunda a sexta, em três turnos, o hospital recebe pessoas de todas as idades, desde bebês até idosos, além de disponibilizar diferentes especialidades odontológicas, possibilitando o reestabelecimento da saúde dos pacientes.

O espaço abre a possibilidade de novos convênios com o poder público nas esferas municipal, estadual ou federal. A partir da expansão em seu quadro de pessoal, será possível conciliar a formação de novos profissionais – objetivo pedagógico da nova instalação – com a ampliação do atendimento à população. A previsão é de que o Hospital realize mais de duas mil consultas semanais.

Infraestrutura

Ferramenta para chamados de manutenção

A Superintendência de Infraestrutura (Suinfra) disponibiliza uma ferramenta para a comunicação da demanda de serviços de manutenção preventiva ou corretiva nas unidades da UFRGS, em ações das seguintes áreas: elétrica, hidráulica, conservação, limpeza, telecomunicações, alvenaria, carpintaria, pintura, paisagismo e conservação do meio ambiente. Qualquer membro da comunidade acadêmica com vínculo ativo pode utilizar o serviço.

Para utilizar essa ferramenta, o usuário deverá acessar o Portal do Aluno ou o Portal do Servidor; na aba “Geral”, em “Catálogo de Serviços”, é preciso selecionar o link “Comunicação de Necessidade de Serviço de Infraestrutura”. Além disso, na pasta “Gestão”, acessando-se o link “Infraestrutura” e, em seguida, “Tutorial Serviços de Infraestrutura”, encontra-se um manual com o passo a passo para o uso do serviço.

Após a realização da solicitação pelo usuário do sistema, a demanda é encaminhada para o gestor de espaço físico da Unidade, que realizará a análise da solicitação e a certificação. Ao ser certificada, a solicitação será encaminhada à Suinfra para analisar a possibilidade de atendimento. O fluxo do encaminhamento poderá ser acompanhado pelo solicitante.



FLÁVIO DUTRA/JU

Escola sem mordaza: a democracia necessária

Roberta Camineiro Baggio*

A recente crise política em nosso país revela exatamente o pensamento de uma parcela da sociedade que, no fundo, nunca se conformou com a implementação de algumas políticas que, na última década e meia, impulsionaram o início de um processo de mobilidade social. Essa nova dinâmica foi tolerada, mas, como todo processo tolerado, não foi de fato aceita, gerando o efeito de uma panela de pressão que explodiu ao longo do andamento do impeachment da presidenta legitimamente eleita para governar o país, Dilma Rousseff.

O avanço dos projetos de lei do chamado movimento Escola Sem Partido é um bom indicativo da nova investida de um pensamento retrógrado e oligárquico que parecia superado, mas que demonstra mais do que nunca o quanto uma parcela da sociedade brasileira não se conformou e resistiu a esse tempo de avanços no processo de diminuição das desigualdades sociais que, se não representou algum tipo de revolução social, ao menos demonstrou o quanto uma sociedade hierarquizada pode se tornar mais democrática em termos de igualdade de oportunidades.

Uma leitura mais detida dos projetos de lei que tramitam na Câmara Federal e em várias assembleias legislativas dos estados evidencia um incômodo profundo com a ideia de “doutrinação política e ideológica” supostamente veiculada a partir dos conteúdos ministrados em salas de aula pelos professores, o que, de acordo com a justificativa do PL 867/2015 da Câmara dos Deputados, estaria “contaminando” os estudantes sob dois aspectos. O primeiro, fazendo com que estes adotem “padrões de julgamento e de conduta moral sexual” incompatíveis com os que são ensinados por seus pais, “usurpando” o direito destes de educar seus filhos de acordo com as suas próprias convicções. O segundo, é que essas doutrinações ideológicas induzem os estudantes “a fazer determinadas escolhas políticas e ideológicas” que violam o regime democrático porque instrumentalizam “o sistema público de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de determinados competidores”. O PL 190/2015, que tramita na Assembleia Legislativo do RS, ainda que tenha uma justificativa bem menos detalhada,

demonstra as mesmas preocupações.

É importante notar que esses projetos atacam as escolas públicas em todos os níveis, ainda que incluam em seus textos as escolas privadas. É justamente no âmbito público que os professores estão protegidos pela liberdade de cátedra garantida por meio dos concursos públicos. Ou seja, podem exercer seu direito constitucional de liberdade de ensinar, garantido no inciso II do art. 206 da Constituição Federal de 1988, sem o medo de serem demitidos por contrariar a direção da escola ou até mesmo os pais. Melhor seria, segundo o movimento Escola Sem Partido, que não existissem, nas escolas públicas, garantia de estabilidade aos professores concursados – dentro dessa lógica, os estudantes nada mais seriam do que a popular, porém equivocada, suposição etimológica de que alunos são aqueles que estão privados de luz. Claro, porque os estudantes das escolas públicas brasileiras são aqueles de classes economicamente menos abastadas que, em uma sociedade hierarquizada, não só não necessitam de luz como não devem acessá-la.

Com a imensidão de problemas que rondam o ensino público de nível básico, como a baixa remuneração dos professores, o que de fato incomoda os integrantes desse movimento, cujos filhos estão provavelmente matriculados em escolas privadas, são os resultados eleitorais dos subsequentes pleitos no país, em que um partido de um campo “progressista” vinha ganhando o processo eleitoral, o que comprovava, dizem, a tese explicitada nos projetos de lei de que o “sistema público de ensino” tem sido instrumentalizado com vistas ao desequilíbrio do jogo político.

É lamentável e antidemocrática a estratégia – essa, sim, verdadeira instrumentalização – de colocar as “concepções morais” das famílias como as únicas verdades legítimas a serem pensadas e refletidas por seus filhos contra os benefícios de um sistema de ensino livre que, ao apresentar todos os modos de pensar e de conhecer o mundo, favorecerá os estudantes no processo de formação de suas convicções. Apenas sociedades que não valorizam a liberdade – porque querem manter seus níveis de hierarquia e ausência de condições de igualdade nas oportunidades de mobilidade social – podem defender estratégias de imposição de concepções morais determinadas por meio de processos persecutórios a professores que ten-

tam, mesmo diante de todas as adversidades, apresentar formas variadas de refletir sobre o mundo, inclusive as diferentes daquelas a que os estudantes já têm acesso nos seus âmbitos privados de convivência.

Os projetos de lei comentados fazem disputas semânticas no mínimo preocupantes e que precisam ser explicitadas e refletidas porque pretendem dar uma roupagem democrática e constitucional a essas iniciativas legislativas. Por exemplo, “doutrinação ideológica” é somente a de esquerda, já que se trata de atacar “determinados partidos” a partir dos supostos benefícios previamente alcançados nos resultados eleitorais. Há, ainda, uma referência explícita de defesa do regime democrático, como se restrições às formas de ensinar e pensar o mundo nos fizessem de fato mais preparados para viver a democracia. O embasamento legal dos projetos cita direitos fundamentais do texto constitucional e artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos. Contudo, essas referências são meramente retóricas e procuram disfarçar a franca inconstitucionalidade dos projetos de lei, refletindo a inconformidade de parte da elite brasileira com o decurso de transição política do país na década de 1980. Definitivamente, assegurar, nos termos constitucionais, o rol de liberdades prescrito no artigo 5.º e as garantias educacionais dos artigos 205 e 206 da Constituição passa muito longe de estratégias de cerceamento do modo de ensinar de professores e da liberdade de aprender dos estudantes.

O que fica claro é que esse movimento Escola Sem Partido nada mais é do que parte de uma sociedade hierarquizada que não se importa em atropelar as regras do jogo democrático para manter o cenário do “sempre assim” brasileiro, com cada um em seu “devido lugar” nessa escala de desigualdades absolutamente naturalizada e necessária para a manutenção dos privilégios daquele 1% da população que faz questão de ganhar auxílio-moradia, mesmo recebendo os melhores salários públicos do país, que prefere um mercado de trabalho com uma reserva de desempregados, o que ampliará as possibilidades de exploração dos empregados domésticos e de outras categorias com as quais não precisará mais dividir o espaço dos aeroportos, sentando nos aviões ao lado da “ralé” que, em algum momento, se

achou no direito de ascender na escala social, ainda que muito levemente.

O mais chocante em tudo isso? Não há um sequer caso de rumor nacional ou mesmo local que dê conta de um aluno ou aluna que tenha sido reprovado por ter ideias de direita. Não há um professor de sociologia que tenha sido denunciado por considerar correta somente a sociedade socialista. Não se ouviu falar de um mestre de matemática que desse certo apenas aos alunos capazes de dividir por iguais partes (ainda que na matemática isso seja mais a regra que na economia). Ou alguém ouviu que o professor de química exigia a manipulação do “Au” apenas com a mão direita para combinar ideologicamente com a escassez e má distribuição do metal no mundo? Agora, da empresa júnior, corriqueiramente presente nas escolas privadas, nunca se ouviu dizer que fosse iniciativa capitalista ou doutrinária...

Esses projetos de lei em discussão nada mais são do que a tentativa de garantir que a nossa democracia continue sendo vista como a única democracia possível, aquela que não se importa de passar por cima das regras do jogo democrático quando não lhe são favoráveis, que tantas vezes permitiu que as decisões políticas desse país fossem alijadas do poder popular e tomadas em gabinete à custa de negociações espúrias. Atacar o sistema de ensino, sobretudo o público, a partir de uma estratégia explícita de perseguição aos docentes, é um bom modo de mitigar a tentativa de pactuação política feita no texto constitucional de 1988 e de ceifar um processo democrático de ampliação das condições de igualdade material que estava em curso no país, mas que, diante dos últimos acontecimentos políticos, querem nos fazer crer que está encerrado definitivamente e que não há mais nada a fazer – “afinal, em nosso país, as coisas sempre foram assim”.

Ser contra iniciativas de leis como essas significa resistir a esse processo de desmonte do Estado, de suas qualidades públicas e de todos os avanços democráticos conquistados nesse último período, de modo que se possa superar a mera retórica de uma democracia possível para investirmos no aprofundamento de uma democracia necessária para o nosso país.

*Professora dos Cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade de Direito da UFRGS.

O que você tem cobrado do seu candidato?

Vereadores *Com uma nova leva de eleitos, o que a população pode e deve exigir após o voto*

Samantha Klein

Mais de 463 mil pessoas colocaram seus nomes à disposição na disputa por uma cadeira nas Câmaras de Vereadores de todo o país neste ano. Somente no Rio Grande do Sul, 26.313 candidatos aspiravam ao cargo durante o período de campanha eleitoral, porém foram eleitos 4.904 parlamentares conforme dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e União dos Vereadores (UVERGS). Nova legislatura, novos desafios, mas as responsabilidades decorrentes das promessas continuam as mesmas de acordo com a legislação. Ao mesmo tempo, restam questões sobre o que deve ser cobrado dos parlamentares que finalizam seu mandato.

O professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, Rodrigo Stumpf González, critica a velha máxima de que os eleitores sequer lembram em qual candidato votaram. Mais complicado seria saber como contribuíram para a cidade. “Hoje é muito fácil acompanhar as atividades parlamentares. Basta estar conectado às redes sociais e verificar o noticiário político local. Tempo é um argumento de quem, na verdade, não tem interesse, porque as pessoas encontram espaço na agenda para ver o futebol, a novela e tomar a cervejinha no bar. Não quer dizer que o cidadão precisa manifestar opinião sobre tudo, mas estar informado sobre temas que afetam a sua vida, como discussões sobre ciclovias ou mudanças no sistema de transporte público.”

Promessas a prazo – Ao observar a recente campanha eleitoral, é possível notar que alguns candidatos faziam promessas que não estavam em sua alçada. Em material impresso e digital, ao prometer no santinho “cidade segura”, o aspirante a uma cadeira no Legislativo dá a impressão de que o seu mandato será suficiente para que o município se torne seguro, o que é uma falácia.

Em relação à Câmara de Vereadores, é importante lembrar que os donos dos mandatos não têm poder de execução de políticas, como as relativas ao aumento do número de policiais nas ruas ou à construção de postos de saúde. A segurança é responsabilidade do Estado; já a saúde é do município e da União. Entretanto, sem verbas para manter o funcionamento, seria irresponsabilidade do prefeito – lembrando que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada para punir os casos de improbidade administrativa – construir unidades básicas de saúde sem o aval do Ministério da Saúde.

“O controle popular das ações do Executivo é a principal função do Legislativo; isso, entretanto, parece difuso para a população, que quer ações imediatas na cidade, no bairro ou na rua. O parlamentar não atua sozinho, mas com o coletivo pode pressionar prefeito e secretários nos campos em que se busca ação. O vereador não vai solucionar o problema do posto de saúde, do recolhimento do lixo ou do transporte público, mas pode e deve sugerir atitudes que podem melhorar os serviços prestados aos moradores. A Câmara ainda é um bom espaço para a criação de propostas por meio das audiências. São esferas democráticas que geram ideias e soluções”, considera o docente.

Ruas e homenagens – Somente em 2016, os 36 vereadores de Porto Alegre apresentaram 20 projetos sobre denominação ou modificação de nomes de ruas e avenidas. Conforme levantamento do Jornal da Universidade, ainda foram protocoladas 41 propostas de homenagens, incluindo a concessão de título de Cidadão de Porto Alegre ao “missólogo” Evandro Hazy e ao ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. Os autores são Cássio Trogildo (PTB) e Pablo Mendes Ribeiro (PMDB), respectivamente.

A medalha premia pessoas ou entidades que tenham se distinguido por relevantes serviços prestados em prol do desenvolvimento

cultural, social ou econômico da cidade. Apesar das dúvidas sobre a relevância desses atos legislativos, o professor Rodrigo vê a questão sob outro viés. Conforme o docente, os vereadores enfrentam um duplo desafio: executar suas tarefas e ao mesmo tempo serem lembrados. “O anonimato dos debates sobre a cidade é um grande empecilho, pois ele precisa ser lembrado por algo que fez para chamar a atenção de seus eleitores. Conceder uma homenagem é uma forma simples de alcançar essa meta. A população nem sempre fica sabendo das visitas aos bairros, do acompanhamento de obras da prefeitura, da realização de audiências com os secretários. O erro é não se dedicar a nada além das homenagens.”

Instrução e salário – Outro questionamento do cidadão é sobre a necessidade de instrução do parlamentar. Ainda é comum verificar candidatos que não completaram o Ensino Fundamental se elegendos. Conforme Rodrigo, existe em nossa cultura política uma ilusão tecnocrata, em que os técnicos estão mais habilitados do que as pessoas. “Claro que para acompanhar alguns debates é necessário ter alguma formação, mas mesmo os técnicos não saberão tudo sobre todos os temas. É importante saber quais são as necessidades e as reivindicações da população. O morador do bairro de periferia que precisa de atenção

na área da saúde não precisa ser médico para saber que o atendimento não é o mais adequado. Para sentir as necessidades da população, é fundamental ouvir e ter contato com as ela”, considera.

A professora do Departamento de Ciência Política da UFRGS Izabel Noll tem uma linha de pensamento semelhante em relação ao salário do vereador. A cientista política destaca que bons vencimentos são determinantes para que os políticos tenham dedicação exclusiva ao trabalho em qualquer esfera do poder, para que não façam parte somente das classes mais abastadas da população brasileira. “Se os políticos ganhassem pouco ou nada para exercer suas funções, teríamos um retorno aos tempos da República Velha, um resgate dos velhos tempos em que as pessoas não precisavam receber para trabalhar porque eram da elite. O trabalho do político como carreira necessita de contato, de engajamento; por isso, os vereadores têm dedicação exclusiva, participam de reuniões, tendo a semana realmente tomada. A vida política não é um mar de rosas”, comenta.

Izabel destaca que a questão não reside especificamente no salário dos políticos, mas nos chamados “penduricalhos”. “A corrupção, muitas vezes, começa com o excesso de cargos em comissão (CCs), com a verba de gabinete, com o voucher de gasolina para o carro parlamen-

tar e o material de escritório. Nisso reside a formação de estruturas com gabinetes cheios de gente, para os quais seus funcionários precisam doar 50% do salário. O que se generalizou, a partir do Congresso, é que a verba de gabinete geralmente é utilizada por grupos que se aproveitam dos recursos quando a ênfase deveria ser na melhoria do trabalho do vereador.”

Em Porto Alegre, os vereadores decidiram manter, no final de setembro, o subsídio em R\$12,9 mil. Segundo a Constituição, a proporção é de até 75% do valor pago aos deputados. Atualmente, os parlamentares da capital estão recebendo 50% do salário dos políticos que ocupam a Assembleia Legislativa.

“Se formos analisar a remuneração dos nossos políticos em geral, ainda que seu salário seja alto no comparativo com a população, o gasto é ínfimo frente à utilidade na manutenção da democracia. As pessoas acham que ganham demais, mas não acham que um jogador de futebol ou empresário ganham muito. Certamente, o ídolo da torcida ganha no mês mais do que o político em todo o mandato. Tudo depende da comparação”, ressalta o professor Rodrigo González. E complementa: “Ao contrário do senso comum, ele trabalha muito, não tem final de semana, mas esse tipo de atividade é mais difícil de ser registrado e receber destaque”.



As sessões da Câmara de Vereadores ocorrem três dias na semana, mas nem sempre há quórum suficiente para as discussões em curso



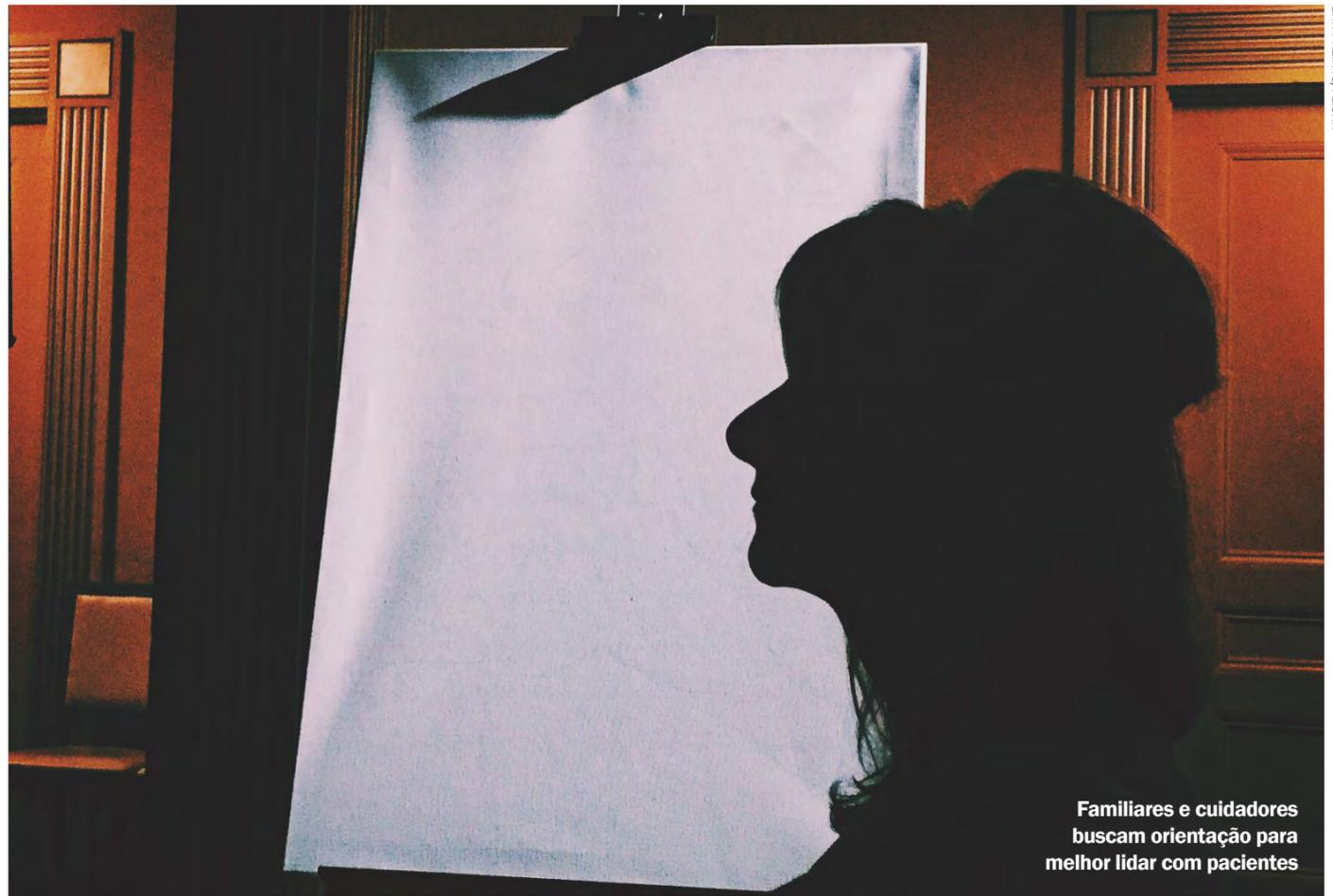
Apoio para cuidadores

Alzheimer Palestras no Hospital de Clínicas esclarecem sobre a doença

No início deste ano, seu João Luís, 75, sentiu necessidade de buscar orientação sobre o mal de Alzheimer depois que sua esposa, com quem está casado há 48 anos, foi diagnosticada. A doença se encontra em um estágio mais avançado, já que os primeiros sintomas começaram a aparecer há três anos. “Não dá para deixá-la sozinha, porque ela coloca na cabeça que quer sair. Diz que vai sair com as amigas. Essa desorientação é a principal consequência da doença”, revela.

Há mais de dez anos, no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, funciona o Grupo de Apoio a Familiares de Portadores da Doença de Alzheimer. São palestras abertas ao público com o objetivo de disponibilizar-lhe informações atuais para auxiliar os cuidadores a prestarem uma melhor assistência. A psicóloga Letícia Foster, que coordena a atividade, reitera essa acessibilidade: “Podem participar todos que tenham curiosidade sobre o tema ou que gostariam de saber mais, independentemente de terem um familiar com a doença. É, nesse sentido, um espaço livre, uma vez que não há uma obrigatoriedade de frequentar e participar”. Os encontros acontecem duas vezes ao mês, sempre às segundas-feiras, às 16 horas.

Além da procura de familiares, também conta com a presença de especialistas que queiram se inteirar melhor de determinados assuntos e, até mesmo, de pessoas que possam estar se prevenindo para o futuro, inclusive já portando alguns sintomas da doença. Um ponto a ser destacado é o comparecimento de participantes que já tiveram parentes falecidos



Familiares e cuidadores buscam orientação para melhor lidar com pacientes

em decorrência da doença e que continuam indo aos encontros para transmitir suas experiências.

O espaço – Os encontros ocorrem em um auditório com capacidade para cerca de 80 pessoas, mas, na grande maioria das vezes, apenas 25% dos lugares são ocupados. Letícia não consegue encontrar uma resposta exata para essa baixa procura, já que elogia o trabalho feito pela assessoria de comunicação. Ela frisa que em algumas oportunidades o espaço teve a sua totalidade tomada e explica de que forma isso aconteceu, mesmo que com menor frequência: “A gente vê que quando é um tema mais abrangente, como, por exemplo, sobre a memória e o envelhecimento, e não exatamente sobre a patologia, a procura é maior”.

Um dos grandes problemas enfrentados principalmente pelos fa-

miliares das pessoas com Alzheimer é a aceitação dessa nova realidade e, conseqüentemente, a procura para entender de que modo pode oferecer uma melhor assistência. Segundo Letícia, na maioria das vezes, são as mulheres que buscam algum tipo de ajuda para essas situações, seja a filha, a esposa, a irmã ou até mesmo a nora. Nos últimos tempos, contudo, a porcentagem de homens aumentou consideravelmente. “Às vezes acontece de virem filhos às palestras, mesmo que ainda não cuidem de familiares, mas que já começam a observar nestes os sintomas da doença”, completa a psicóloga.

O Programa – Como já citado, os encontros ocorrem duas vezes ao mês, sendo que a programação do primeiro semestre se repete no segundo. Ainda assim, pode ocorrer alguma variação em função

de uma demanda diferente. Os assuntos debatidos são escolhidos de acordo com a necessidade do momento. “A primeira palestra do ano tem a ver com a memória e o envelhecimento sadio, que é, justamente, para que as pessoas que convivem com os pacientes possam entender e passar tranquilidade a essas pessoas”, esclarece Letícia. Ocorrem também reuniões que não necessariamente são debates, dando a cada um a oportunidade de expor a sua situação.

Seu João elogia os encontros do grupo de apoio, do qual participa desde o início do ano: “Essas palestras acrescentam conhecimento e orientação para que eu possa dar uma melhor assistência a minha esposa”.

Lucas Mello, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

O que é Alzheimer

A doença de Alzheimer é uma enfermidade sem cura, que se agrava ao longo dos anos. Em quase a totalidade dos casos, as vítimas são idosas. A doença provoca a perda de funções cognitivas (orientação, memória, atenção e linguagem) por conta da morte de células cerebrais. Quando identificada em estágio inicial, existe a possibilidade de se retardar o seu desenvolvimento, havendo mais controle sobre os sintomas.

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor

antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► Fizeram-se Oportunas Realmente As Tuas Estranhas Manifestações – E Resistências

A vida nos vai logo ensinando que a finitude impera sobre tudo, que é uma lei sem exceção. Sim, tudo acaba. Ou melhor, num otimismo inútil, tudo acaba por se transformar em outra coisa. Mas será que essa outra coisa guarda algo dos seus estados/seres anteriores? Lembro-me da minha desolação inaugural ao saber – com um choque desdobrado na primeira noite de insônia – que meus pais não seriam eternos. Inadmissível pensar que um dia acabariam, sairiam deste e do meu mundo. A profecia se tornou. E, num jogo dialético – que bem pode ser fruto da ilusão das lentes com que vemos a existência, como suponho ser uma das compreensíveis funções, por exemplo, das religiões –, permaneço como um apêndice desgarrado

que acabou por assumir o lugar do pai. Posso, então, creditar certa eternidade a esse processo que se estende pelas gerações. Mas haverá uma relação de maior complexidade entre corpo e tempo? Os corpos entram e saem de cena; os processos, estes são ininterruptos. Somos, muito provavelmente, pouco mais que uma efemeridade funcional. Mas que relação de infinitude têm com seus autores, por exemplo, os acervos que atravessam os tempos? Considere-se que os textos produzidos permanecem no tempo e preservam algo do espírito do autor, porém são atualizados e ressignificados pela sucessão das camadas de leitores. Um tratado, um poema, um texto dramaturgicamente clássico serão reformatados pelo universo de referências

do novo leitor – e isso é um fenômeno que possibilita e produz a diversidade inesgotável de sentidos. E não somente temos interpretações diversas de um mesmo texto, como projetamos ainda na leitura as nossas necessidades intelectivas, os nossos desejos de abordagem, as nossas veredas ideológicas. Como escreveu o poeta espanhol Ramón de Campoamor, “Neste mundo nada é verdade nem mentira: tudo depende da cor do cristal com que se mira”. Para ilustrar, finalizo com uma anedota contada por um amigo. Ele fora especialmente a uma praia do Atlântico Sul para resolver uma questão relativa a um terreno. Tinha, para isso, de encontrar um cidadão que não conhecia pessoalmente. Chegando à casa da pessoa, foi

informado de que ele, àquela hora, costumava caminhar pela beira do mar. Meu amigo, no entanto, não tinha muito tempo. Como um bom e assumidamente ansioso – cujo bordão inegociável é “calma, que o nervoso sou eu!” –, bandeou-se para a orla. A pessoa que o recebera lhe havia dito, para facilitar a procura, que tal homem mancava, devido a um acidente de moto. Enfim, meu amigo postou-se a perscrutar os seres que iam e vinham na perspectiva da praia. Não eram muitos e podia divisá-los, por mais distantes. O que lhe causou surpresa foi que cada um em quem centrava o olhar lhe parecia manco. E assim ficou, a perceber que seus olhos escrutinavam um espaço que não era nem exatamente o da realidade nem o da ilusão.



FLÁVIO DUTRA/JU



As estudantes do Bacharelado em Letras Júlia Ferverza e Elisa Rodrigues integram o Núcleo de Estudos em Tradução (NET)

Profissão: tradutor

Tradução Núcleo oferece formação continuada

A maioria não sabe: segundo Antonio Callado, Júlio Verne criou a maior jangada do mundo. E não estamos falando de *Vinte mil léguas submarinas* ou *A volta ao mundo em oitenta dias*. É na sua obra *La jangada: 800 lieues sur l'Amazonie* que o escritor vai contar a história de João Garra, um grande fazendeiro que precisa sair de sua imensa propriedade em Iquitos, no Peru, para ir a Belém do Pará. Como não deseja viajar de navio, João decide derrubar uma floresta inteira para construir uma enorme jangada e faz dela uma réplica da sua fazenda, com senzala, capela, armazéns e tudo mais. A bordo da maior jangada do mundo, Garra vai descer o Rio Amazonas rumo ao seu destino.

A jangada: 800 léguas pelo Amazonas é pouco conhecida no país que ambientou mais uma das aventuras de Júlio Verne. Isso porque o livro publicado em 1881, na França, não tem tradução para o português disponível nas livrarias. Foram Júlia Ferverza e Elisa Rodrigues, alunas do Bacharelado em Letras - Tradutor Português e Francês da UFRGS, que sugeriram a tradução da obra para a L&PM Editores. “Não é possível comprar hoje uma tradução do livro. Ela não está em circulação no mercado brasileiro. Encontramos só alguns exemplares em sebos. Chegamos a analisar uma dessas traduções,

mas ela estava cheia de problemas terminológicos e o criptograma não tinha sido traduzido, o que reforçou nossa vontade de disponibilizarmos uma nova tradução feita por nós mesmas”, explica Elisa.

O criptograma a que a estudante se refere é um enigma que faz parte da história e é peça-chave para a solução do conflito e para o desfecho do enredo. Ele é um embaralhado de letras e precisa de uma chave (um número) para ser aberto. “O problema é que esse criptograma dá acesso a uma mensagem em francês; portanto, na tradução, tive que criar um criptograma novo que levasse a uma mensagem em português. Assim, tive que estudar toda a lógica por trás desse sistema criptográfico para poder recriá-lo em português, o que foi bastante complexo e desafiador”, esclarece Elisa.

O projeto de tradução de *La jangada*, inicialmente um trabalho acadêmico desenvolvido no estágio do curso pelas alunas, foi aceito pela editora no início deste ano. Orientadas pela professora Patrícia Reuillard, Elisa e Júlia trabalharam no texto durante dois anos e meio. A publicação está prevista para o final deste ano ou início do próximo.

Núcleo – Os graduandos do bacharelado em Letras da UFRGS contam com o trabalho do Núcleo de Estudos em Tradução (NET) para complementar a experiência acadêmica. Nascido em 2006 do desejo de alguns professores em oferecer uma formação continuada aos alunos, o NET oferece diversas atividades, como cursos de extensão, cursos livres e palestras com profissionais da

área, além de realizar a Semana de Estudos em Tradução.

Para as estudantes, a atuação do núcleo tem sido muito positiva. “Todas as atividades têm essa intenção de fazer uma ponte com a academia e o mercado de trabalho”, comenta Júlia. Já Elisa destaca a Semana do Tradutor, promovida todos os anos, que envolve uma troca de experiências entre alunos, professores e egressos que já estão no mercado. “Foi muito interessante. Tem vários convidados, o pessoal que trabalha com tradução, não apenas professores. Legal receber gente de fora e ver como é a experiência deles”, acrescenta.

Todas as atividades têm a intenção de fazer uma ponte entre a academia e o mercado de trabalho

Atuação Profissional – “O Bacharelado em Tradução forma o profissional do texto” já se tornou uma frase conhecida entre os alunos do curso. Dita pela professora Patrícia Reuillard, esta é uma realidade para quem se forma no bacharelado em Letras. A atuação profissional é bem diversificada e vai além da tradução literária. Pode-se trabalhar com assessoria linguística, terminologia, revisão de textos traduzidos, interpretação de conferências, tradução de sites, legendagem e tradução técnica e científica.

A demanda por tradução técnica e científica é bastante ampla, observam Júlia e Elisa. Elas já trabalharam na tradução de revistas, artigos científicos e do site de um grupo de pesquisa. O mercado de tradução literária é mais limitado, porque depende de uma editora convidar o profissional para traduzir um livro. As estudantes da UFRGS, contudo, trilharam o caminho oposto. “Não é fácil entrar no mercado de tradução literária; você tem que ter indicação, não vai ter oportunidade de publicar antes de se formar. Nós achamos que isso vai abrir várias portas”, esclarece Elisa. Júlia, rindo, complementa: “Esperamos!”

A profissão de tradutor ainda não é regulamentada no Brasil, e existem muitas pessoas não especializadas trabalhando com tradução. A doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS Marina Waquil acrescenta que as editoras possuem a cultura de convidar escritores para traduzir as obras literárias. Para a tradução de textos técnicos, é comum um especialista ser convidado, como, por exemplo, um médico traduzir uma obra de medicina. “O mercado está em expansão, ao mesmo tempo que também tem muita gente que não é tradutor qualificado fazendo esse trabalho. Há muita demanda por tradução, mas o profissional com formação em tradução ainda disputa com o pessoal que não é da área. Ainda se tem muito essa visão de que o especialista pode fazer tradução. Poder pode, mas com que qualidade, recursos e conhecimento de tradução?”, questiona Mariana.

Nicolas Poloni, tradutor profissional formado pela UFRGS,

entende que a questão é bastante delicada: com a regulamentação da profissão, muitos tradutores sem formação, que fazem um ótimo trabalho, poderiam acabar fora do mercado, ao mesmo tempo que a ausência de regulamentação pode fazer o mercado admitir profissionais não especializados. “É algo que precisa ser muito bem discutido para respaldar e valorizar os profissionais da área que investem em qualificação, mas sem necessariamente tirar o direito constitucional à livre atividade de outros.” Em 1997, a Associação Brasileira de Tradutores (ABRATES) enviou um projeto de lei para a regulamentação da categoria, mas ele foi negado. Hoje, existem movimentos dos próprios tradutores que discutem sobre a regulamentação através de fóruns e reuniões.

No mercado de tradução, grande parte dos profissionais trabalha como freelance, mas existem vagas com vínculo empregatício – inclusive trabalhando em casa. É o que explica Nicolas, que atua com carteira assinada e está há cinco anos no mercado de tradução corporativa (tradução documental para empresas, desde materiais técnicos até publicações de marketing): “As empresas geralmente contam com esses profissionais para a verificação final de qualidade antes da entrega do serviço ao contratante”.

Segundo Nicolas, o perfil de tradutor mais requisitado é o especialista, principalmente em áreas técnicas. “Ainda que um tradutor coringa, que possa atuar em diversas áreas, seja uma alternativa, é preciso trabalhar com especialistas para garantir a tradução correta dos documentos.”

O curso – Ao ingressarem no bacharelado em Letras, os estudantes escolhem o currículo que desejam cursar, optando por uma das seguintes línguas: alemão, inglês, espanhol, francês, italiano ou japonês. Há também o Bacharelado em Letras – Tradutor e Intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), para o qual se tem acesso em separado. No último ENADE que avaliou os cursos de bacharelado em Letras, em 2011, o curso da UFRGS obteve nota máxima (5). A Universidade também é referência no país na pesquisa em tradução, conforme aponta Marina Waquil, doutoranda e pesquisadora: “A UFRGS é uma universidade que se destaca nessa área. Quando vamos para congressos no contexto do Brasil, vemos que a nossa produção tem muita relevância”.

Para a pesquisadora, os estudos em tradução são um importante auxílio para os diversos campos do conhecimento: “A tradução é uma área muito interdisciplinar; ela conversa com as outras. Então, a pesquisa colabora com a prática dos tradutores que vão trabalhar em interface com outras áreas”. Para Marina, um bom tradutor é uma pessoa disposta a absorver muitos tipos de conhecimentos e é aquela que está sempre atenta ao mundo.

Cássia de Oliveira, aluna do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



Política de Estado ou de governo?

Sônia Mara M. Ogiba*

Em sua natureza de principal diretriz para as políticas educacionais no Brasil, nosso Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 13.005, de 25 de junho de 2014) foi formulado em um processo democrático nos debates ocorridos em duas Conferências Nacionais de Educação – CONAE 2010 e CONAE 2014. Nessas conferências de etapas municipal, estadual e nacional estiveram presentes diversos segmentos da educação brasileira: estudantes, pais, sindicatos de professores, instituições científicas, representantes das redes públicas e privadas.

Formulado como um plano de Estado, o PNE tem o estatuto de política pública para a Educação. Difere, então, das políticas de governo, que se vinculam à administração que ocupa o executivo. Como política de Estado, revela que a justiça social, a democracia e a cidadania – concebidas como faces de um compromisso que é, em essência, ético e político – encontram a sua realização plena na educação de um país, em sua função precípua de condução dos povos à emancipação social e cultural.

O PNE prevê um cronograma com extensão de dez anos. Está composto por 20 metas e 253 estratégias que visam operacionalizá-las. Entre suas diretrizes, podemos encontrar a erradicação do analfabetismo, a valorização da carreira docente e o aumento de vagas no ensino superior, na educação técnica e na pós-graduação.

Desse conjunto de metas, cerca de dez (as de número 1-3, 5-7 e 9-11) podemos considerar estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade. Um segundo núcleo, formado pelas metas 4 e 8, se destina à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, enquanto caminhos fundamentais para a equidade. Já um terceiro bloco

(as de número 15-18) refere-se à valorização da educação, sendo estratégico para que as demais metas sejam atingidas. E, finalmente, um quarto grupo integra as metas de 12 a 14, que tratam do ensino superior.

Por sua vez, as metas 19 e 20 representam dois grandes desafios: a institucionalização do Sistema Nacional de Educação – SNE e o financiamento da educação pública, estabelecendo a ampliação do investimento, com a previsão de atingir, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Dois anos se passaram da aprovação do plano, e este se encontra sob forte ameaça. A aprovação pelo Congresso Nacional da PEC 241, que reduz os recursos do governo federal destinados à educação nos próximos vinte anos, assim como o Projeto de Lei 4.567/2016, que altera o regime de exploração do pré-sal, são atos que afetam diretamente as possibilidades do alcance de todas as 20 metas do PNE.

Não chegaríamos a ser uma das dez maiores economias do mundo não fossem as três décadas anteriores marcadas pelas lutas de educadores, comunidade escolar e movimentos sociais e entidades do campo educacional. Foi esse processo de democratização da sociedade brasileira, realizado pela via imprescindível da inclusão social através da educação, como atestam os diversos programas sociais implantados nesse período, um dos elementos que garantiram o acesso de amplas camadas da população aos bens culturais e a uma vida digna qualificada pelo respeito aos seus direitos de cidadania.

Além de ameaçar as conquistas que obtivemos com a transformação do Plano Nacional de Educação em uma política de Estado, o espírito neoliberal que marca os dias atuais põe em risco os mínimos princípios constitucionais, como os garantidos pelo artigo 212 da Constituição Federal e pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento

da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação – Lei 11.494/2007 e Decreto n.º 6.252/2007), ao propor cortes nos gastos sociais e, desafortunadamente, a privatização do patrimônio público.

Sem a observância do investimento dos 10% do PIB, avaliamos que os desafios da universalização das etapas básicas obrigatórias, a ampliação do acesso à educação infantil em creches e a ampliação do acesso ao ensino superior (metas 1, 2, 3, 4 e 12, respectivamente) estão seriamente em risco. Os direitos à educação dos estudantes estão sendo violados.

O Plano Nacional de Educação está sob forte ameaça após dois anos da aprovação da Lei

Hoje é condição *sine qua non*, para que o PNE seja de fato assumido como uma política de Estado, lutar pelo respeito a esse direito de financiamento, impedindo o avanço de um Estado privatizador que, além de centrar-se em uma perspectiva educacional pautada pela produtividade, focada em resultados de aprendizagem e redução de custos, visa ao desmonte da carreira do magistério.

Como mencionamos no início deste artigo, passaram-se dois anos da aprovação da Lei 13.005/2014, e o Plano Nacional se encontra sob forte ameaça. Por exemplo, registramos nossa profunda preocupação – como Universidade Pública que tem a responsabilidade social com a formação de

profissionais para o magistério da educação básica – com o não alcance, até o momento, das metas 15 e 18, que constituem desafios históricos. A primeira deveria ter sido contemplada no prazo de um ano de vigência do PNE, portanto, até 2015. Ela diz respeito à garantia, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de realização da política de formação dos profissionais da educação – de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) –, assegurando a professores e professoras da educação básica formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Sobre tudo porque a formação acadêmica é vista como um direito dos professores.

A meta 18 prevê, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino. Além disso, para os trabalhadores da educação básica pública, estabelece como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Por fim, como instituição pública, estamos convictos da necessidade de dar nossa contribuição à luta pelo cumprimento da Lei 13.005/2014, acompanhando atentamente a sua implementação, por meio de ações de monitoramento e avaliação das suas 20 metas e trabalhando de modo colaborativo com as instâncias e entidades responsáveis no Estado pelo PNE. Essa é uma maneira de contribuir para a materialização das políticas públicas no campo da Educação e da formação de professores.

* Docente da Faculdade de Educação, coordenadora do Monitoramento e Avaliação do PNE/FACED/UFRGS





ARQUIVO PESSOAL



Educação ameaçada

Absurdo Fernando Penna acusa projetos de lei de disseminarem discurso que criminaliza o exercício profissional do professor

Jacira Cabral da Silveira

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Fernando Araújo Penna é o criador da página no Facebook *Professores contra Escola sem partido*, que busca trazer à discussão as ideias contidas no Projeto de Lei 867/2015 de autoria do deputado federal Izalci Lucas Ferreira (PSDB/DF). Segundo o educador, que esteve recentemente em Porto Alegre para realizar palestra no Centro dos Professores do Estado (CPERS) sobre o mesmo tema, o PL denominado Escola Sem Partido é uma das ameaças que pairam sobre a escola democrática brasileira, tentando impedir alguns avanços que ela vem incorporando nos últimos anos, como a discussão sobre gênero, diversidade cultural e sexualidade.

O que é a escola democrática da qual o senhor fala e quais as ameaças que ela vem sofrendo?

A escola democrática é aquela que forma para a cidadania, que está empenhada em combater a desigualdade de gênero e o preconceito racial, embasada pelo diálogo com as diferentes culturas, com os diferentes valores. Tenho discutido especialmente alguns projetos de lei (PL) que, a meu ver, representam ameaças a essa escola, sendo um deles o Escola Sem Partido (ESP). Atualmente, ele está apensado a outros cinco PLs, sendo que dois deles proibem a discussão dos temas transversais e de qualquer coisa que vá contra as crenças familiares. Eles pretendem fazer isso na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). É in-

teressante essa obrigatoriedade de respeitar a opinião dos pais e responsáveis como se a família e as pessoas pudessem impor seus valores às escolas. Os temas transversais dos PCNs, por exemplo, são ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural e trabalho e consumo. Mas qual é o ganho que se pode ter impedindo a discussão de ética em sala de aula? Outros PLs são o 1.859/2015 e o 5.487/2016, que pretendem impedir a discussão de gênero na escola, importantíssima para combater o machismo, a homofobia.

Essas propostas também vêm de encontro a um movimento mais amplo e atual de uma sociedade que vem discutindo mais amplamente seus conceitos e valores, não?

Os secundaristas dizem que querem discutir essas temáticas, que são demandas que vêm crescendo em nossa sociedade. Esses PLs, e outras iniciativas similares, percebo como uma reação a algumas conquistas. Produzimos material de combate à homofobia e à questão de gênero; então surge a ideia que eles chamam de ideologia de gênero, e que seria um ataque à família formal. Isso não é verdade, é uma tentativa de mostrar que as relações entre gêneros são construídas historicamente e que elas mudam, sem com isso negar o aspecto biológico. Ao longo dos dois últimos anos, tivemos duas leis importantes – 10.619 e 11.645 – que tornam obrigatório o ensino de história e cultura afro-indígena. E aí eles vêm e dizem que isso é doutrinação religiosa de candomblé e umbanda. Percebe? É uma reação.

Que consequências já podem ser verificadas a partir desses PLs?

Apesar de o projeto ESP não ter sido aprovado nacionalmente, esse discurso vem sendo compartilhado,

especialmente nas redes sociais, desde 2004, quando o movimento foi criado. Durante muito tempo, por ser uma chave de leitura do fenômeno educacional muito grotesca e absurda para quem é professor e pesquisa educação, não se teve uma resposta a isso. Achava-se que era coisa de maluco! O problema é que esse discurso tem recebido adesão cada vez maior da sociedade civil. As pessoas embarcam nesse discurso partilhado rapidamente, que se espalha porque usa muito bem o senso comum. Eles mobilizam com falsas dicotomias e aí dizem que quem é contra a ESP é a favor de uma escola dominada por um único partido. Esse não é um projeto de educação, é um projeto de escolarização que remove da escola o seu caráter educacional. No seu site, o movimento diz que o professor não é um educador. Ele deve ser um instrutor que se limita a transmitir conhecimento neutro, sem falar de valores.

Especialistas ligados à formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) acusam o PL 867/2015 de passar por cima do debate amplo sobre o tema, contrapondo-se ao que foi até então construído. Como o senhor avalia o encaminhamento dessas ideias no campo político?

A BNCC tinha um cronograma bem claro, com etapas de consultas públicas, que, embora houvesse críticas, tinha critérios bem claros. Quando assume o ministro Mendonça Filho, ainda interino na época, ele fala que vai prorrogar o cronograma da BNCC porque ela precisaria passar por um processo de desideologização. Do que ele está falando? O currículo anterior seria neutro, e o que está sendo elaborado seria ideológico? É uma coisa absurda de se dizer. Vou dar

um exemplo concreto. Um dos projetos, talvez o mais ameaçador, proposto por Rogério Marinho (PSDB/RN), é o PL 1.411/2015, que pretende criar um novo crime: o assédio ideológico. Sua definição é muito vaga: a única coisa que sabemos é que seria um crime que teria como vítimas os alunos, sem definir muito bem quem seria o criminoso. A pena seria de três meses a um ano com multa; caso aconteça dentro da escola, teria aumento da pena em 1/3. Mas por que estou falando sobre esse projeto? Porque seu autor apresentou recentemente um novo PL que quer que a versão final da BNCC seja aprovada não pelo Conselho de Educação, mas pelo Congresso Nacional. E esse projeto já recebeu parecer positivo da Comissão de Educação. Existe uma série de críticas com relação à BNCC, e eu concordo com algumas, mas essa mudança drástica agora no final é desconsiderar a consulta pública e toda a discussão que vem sendo feita. É jogar tudo isso fora e colocar nas mãos de um Congresso que tem dado provas de apoio a retrocessos muito grandes, especialmente no campo educacional.

O senhor tem falado de um fenômeno de ódio ao professor. Em que contexto ocorre?

O discurso do ESP tem quatro elementos: o primeiro é uma visão tecnicista da educação isso de que professor não é educador, que não pode falar da realidade do aluno, não pode mobilizar valores; o segundo é a desqualificação do professor, o discurso de que ninguém é obrigado a confiar no professor, desconsiderando sua formação profissional; um terceiro elemento é um discurso fascista com analogias que desumanizam o professor, chamando-o de vampiro,

de parasita, uma praga que precisa ser desinfetada. É nesse discurso que percebo uma verdadeira campanha de ódio direcionada à figura do professor, tentando representar esse profissional como uma ameaça. Mas eles não têm como colocar isso num PL, porque seria muito violento. E como o PL incorpora isso? Amputando todos os dispositivos constitucionais para retirar as atribuições do professor. Por exemplo, o PL 867/2015 propõe estabelecer os princípios que irão orientar a educação nacional, alterando os que já estão estabelecidos na Constituição Federal e são reafirmados na LDB. Por exemplo: o projeto diz: “Pluralismo de ideias no ambiente acadêmico”. Já no inciso três do artigo 206 da Constituição, consta: “O pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. Ou seja, eles excluíram, intencionalmente, parte do dispositivo constitucional, que são as concepções pedagógicas. Outro exemplo: o PL cita a “liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência”. Como isso aparece na Constituição? “A liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Então, o que eles excluíram? A liberdade de ensinar. São todos elementos vinculados ao professor.

Quando o professor é atacado, o que acontece com a escola?

Aí vem o quarto elemento. É o caráter que poderíamos chamar de neoconservador, que constitui a maior ameaça à escola. É quando eles tentam fazer com que a escola não possa contradizer os valores da família, o que levaria aquela a não poder discutir nenhuma questão. O PL 867/2015 é bem claro nesse sentido. Ele diz que “é direito dos pais que os filhos recebam educação moral de acordo com suas convicções”. Esse trecho que fala do direito dos pais é, grosso modo, a transcrição com mudanças de um princípio que está na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, no seu artigo doze, que trata da liberdade de consciência e de religião. Agora, veja bem, vai ficar bem claro qual é o problema: a convenção americana sobre os direitos humanos, de que o Brasil é signatário, pretende proteger a família, o espaço privado, a vida doméstica, o indivíduo contra intervenções indevidas, especialmente do Estado. O que está sendo dito na convenção é que as famílias têm o direito de educar seus filhos de acordo com os seus valores no espaço privado. O projeto faz o contrário: tenta permitir que o espaço privado invada o espaço público, a escola pública. Isso fica muito claro no trecho: “São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica, bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades de cunho religioso ou moral que possam estar em conflito com as convicções dos pais ou responsáveis pelos estudantes”. Aí fica a pergunta: tem como o professor evitar a realização de qualquer atividade que possa estar em conflito com a crença daquelas 40 famílias que estão presentes em sala de aula através de seus alunos? É impossível.

Desengajamento estratégico?

André Luiz Reis da Silva*

No dia 12 de maio deste ano, o vice Michel Temer assumiu como presidente interino e iniciou uma nova política interna e externa. Para o Ministério das Relações Exteriores, foi indicado José Serra, um experiente político vinculado ao PSDB. Em seu discurso de posse, o ministro apresentou dez diretrizes que guiarão a nova política externa sob seu comando.

Em síntese, Serra promete uma diplomacia “que não está a serviço de uma ideologia”, responde às nações bolivarianas as críticas ao processo de impeachment e indica que o Brasil deve se afastar dos países em desenvolvimento nas negociações sobre meio ambiente. Trata da necessidade de reformas no sistema internacional, mas não reivindica claramente um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Crítica a atuação brasileira nos fóruns multilaterais de comércio e defende a multiplicação de acordos bilaterais. Também demonstra interesse em “flexibilizar o Mercosul” e avançar em negociações com a Aliança do Pacífico. Reforça a ideia de que o Brasil tem de se aproximar dos países ricos e da China e repensar as prioridades da cooperação Sul-Sul. Prevê, igualmente, a revisão da política africana do Brasil. Sobressai ainda a noção de que a atuação estará orientada para o estabelecimento de parcerias comerciais.

Embora a política externa brasileira tenha como tradição evitar mudanças bruscas, em outros momentos já se verificou uma reorientação mais incisiva. Talvez uma das mais dramáticas tenha sido com o golpe civil-militar, em 1964, quando a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart foi desmontada e substituída por uma política externa “interdependente”, dependente e subordinada aos EUA, e recuada em suas pretensões globais. O desengajamento

internacional foi tão grande que os próprios militares promoveram uma nova revisão, resgatando pontos da política anterior. Estaríamos passando por uma situação semelhante?

A face mais visível da política externa de Temer-Serra tem sido o entorno regional. Sua atuação para a América do Sul, inferida a partir de seus discursos recentes, tem como diretrizes: responder duramente e atacar os críticos do impeachment; trabalhar para a construção de um bloco liberal e antiprogressista na região; rebaixar o Mercosul a uma área de livre comércio para facilitar acordos bilaterais extrarregionais; e revisar a política externa em relação aos governos de esquerda e ao tratamento de questões regionais.

A reação internacional ao governo interino no Brasil foi de frieza e desconfiança, mantendo-se praticamente a mesma com a confirmação do impeachment. Na América do Sul, a maioria dos países buscou distanciamento do novo governo, ou ao menos se posicionou mais claramente. Já no Mercosul, enquanto Argentina e Paraguai saudaram-no, o Uruguai demonstrou uma discreta postura cética, e a Venezuela foi mais incisiva em suas críticas. A resposta brasileira tem sido de duras críticas à Venezuela, inclusive questionando sua participação no Mercosul e impedindo que ocupe a presidência pro tempore do bloco.

Convém ressaltar que as censuras à Venezuela são basicamente ideológicas, pois sua participação no Mercosul é vantajosa para o bloco, em especial para o Brasil, que é superavitário em relação àquele país, tendo uma economia complementar. De fato, a nova posição em relação aos países sul-americanos e ao Mercosul parece incorrer em uma série de erros estratégicos – contrariando a experiência e os interesses do país na região. Ao contrário do que se imagina, não é a coincidência de regimes o que aproxima Brasil e Argentina, mas o quanto o governo argentino quer balancear

o poder americano ao buscar uma aproximação. O neoliberalismo na Argentina tende a afastá-la do nosso país. Do mesmo modo, a cordialidade oficial no trato com os vizinhos é regra básica, e as posições ásperas do ministro contradizem a experiência histórica, isolam o Brasil e desmontam a estratégia da integração sob a liderança brasileira.

Já o Mercosul funciona como uma reserva de mercado para os produtos industriais brasileiros na região. Dessa forma, não constitui interesse brasileiro um caminho solitário, desvincilhando-se dos vizinhos para alcançar acordos bilaterais fora do continente. Essa estratégia pode parecer sedutora, mas poderia acarretar a perda de importantes mercados para produtos industriais brasileiros, bem como abrir ainda mais a região para competidores extrarregionais.

Tradicionalmente, a política externa em relação ao entorno regional tem como base o Mercosul e a integração sul-americana, criando um espaço para o exercício de liderança e credenciando o Brasil para atuação mais assertiva em fóruns globais. Entretanto, o caminho escolhido por Temer corre o risco de destruir um patrimônio diplomático duramente construído nas últimas décadas.

Perspectivas e dilemas – Concluído o impeachment, a primeira questão do novo governo é enfrentar a desmoralização internacional. Nesse contexto, melhorar a imagem do país demandará a mobilização da diplomacia, para minimizar a visão negativa sobre o Brasil e sobre o novo grupo dirigente. Serão necessários também sinais claros do governo para retomar a confiança no país, do ponto de vista tanto da política econômica como da política externa e da manutenção dos compromissos assumidos. Esse foi o objetivo do novo presidente ao participar da Cúpula do G20 Financeiro, ocorrida na China.

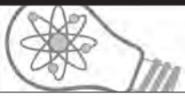
Em relação aos Estados Unidos, há cautela e preocupação em Washington quanto a retrocessos institucionais no Brasil e na região. No plano econômico, entretanto, os estadunidenses têm interesse em um governo no Brasil disposto a rever o marco regulatório do petróleo e abrir o mercado doméstico às suas empreiteiras. Paralelamente, os EUA estão tentando contra-arrestar a crescente presença da China e de outras potências na região, buscando reafirmar sua hegemonia sobre os países latino-americanos. A nova política externa brasileira poderia favorecer essa estratégia.

Além disso, a queda do governo Dilma também pode enfraquecer a participação nos BRICS, grupo considerado um entrave aos interesses globais norte-americanos. Assim, muitas das parcerias estratégicas e muitos grupos de coalizão de geometria variável articulados pelo Brasil nos últimos anos, que posicionaram o país mais perto do grande jogo das relações internacionais, correm risco de sofrer um retrocesso. Esse desengajamento, associado à diminuição da cooperação Sul-Sul, praticamente reduziria a presença internacional do Brasil para os parceiros tradicionais, retirando do país a capacidade de barganha e projeção e deixando as nações emergentes sem um importante aliado.

Neste contexto, a diplomacia de Temer e Serra parece caminhar para aplicar uma reorientação na política externa que desmonta não apenas a “Era PT”, mas construções realizadas nas últimas décadas, inclusive por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Esse caminho, que está alinhado aos interesses ideológicos das elites liberais brasileiras, provoca um perigoso desengajamento estratégico.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS)





Potencial negligenciado

FLÁVIO DUTRA/JU



Enquanto a Europa valoriza processados a partir de frutas nativas brasileiras, estas permanecem anônimas para o mercado nacional

Frutas nativas Pesquisa botânica identifica grande perspectiva para a produção frutífera no estado do Rio Grande do Sul

Jacira Cabral da Silveira

A partir da primavera e durante o verão, as frutas nativas proliferam na natureza, quer o cenário seja urbano, quer seja campesino. Pelo menos 1/3 da região de Porto Alegre é coberta por áreas naturais e rurais, abundantes em vegetação, biodiversidade e paisagem. De acordo com o projeto *Pró-Frutas Nativas de Porto Alegre*, são mais de 50 espécies frutíferas alimentícias que ocorrem no município. Ainda que muitas sejam amplamente conhecidas, como é o caso da pitanga e do araçá, existe um grande número que passa despercebido da população, como o araticum e o mamãozinho-do-mato. É exatamente esse desconhecimento que contribui para a negligência quanto ao potencial dessas plantas alimentícias não convencionais.

Segundo o professor Paulo Brack, que trabalha em projetos de pesquisa e extensão sobre conservação e uso sustentável da flora do estado no departamento de Botânica do Instituto de Biociências da UFRGS, apenas 15 espécies de plantas são responsáveis por mais de 90% da energia alimentar que a população mundial obtém, sendo que dessas somente duas podem ser consideradas nativas do Brasil: a mandioca e o amendoim.

Esses números soam ainda mais reduzidos quando com-

parados com os apurados em estudos mais recentes realizados especialmente no Rio Grande do Sul pelo grupo de pesquisa coordenado por Paulo Brack. Por meio dessas investigações, cujos resultados ainda não foram publicados, chegou-se a um total de 200 espécies, incluindo as plantas herbáceas, trepadeiras e epífitas (que são as que vivem sobre outras plantas). Pesquisas anteriores, realizadas em 2007, contabilizavam 107 variedades nativas com frutos ou sementes alimentícias, entre árvores, arbustos e palmeiras. “Nosso clima subtropical possibilita uma diver-

sidade maior de frutos”, justifica o professor.

Foram várias viagens botânicas e experimentações degustativas dos frutos com potencial alimentício. Quanto à pesquisa bibliográfica, constatou-se que mais de 85% dessas frutas já possuíam referência na literatura da área: “Os outros 15%, cerca de 30 espécies, descobrimos na experimentação”, especifica o pesquisador. Por esse método, também é possível verificar se a planta tem ou não potencial tóxico: “Geralmente, quando as frutas estão maduras, 90% delas não apresentam potencial de

toxicidade porque estão prontas para algum animal comer”, acrescenta.

Potencial – Se o não aproveitamento desses frutos acaba tingindo as calçadas urbanas, nas zonas rurais, onde muitas dessas espécies produzem em abundância, o excedente do consumo das famílias vai para os animais. Isso é o que ocorre com a guabiroba, a cerejeira do mato, a uvaia (saborosa e aromática) e a goiaba serrana. “É um desperdício”, sentencia o professor. Vinculado ao Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá),

Paulo defende o resgate da agrobiodiversidade nativa, concedendo um papel relevante às frutas nativas. “O compromisso com a sustentabilidade ecológica é fundamental, hoje, mais do que nunca”, ressalta, destacando ainda o aspecto econômico do cultivo dessas espécies.

“Sabe-se que um pomar de frutas nativas daria um retorno financeiro cinco vezes maior do que um hectare de soja”, afirma. Só que, para isso, ele diz ser necessário o investimento do estado para que o agricultor se fixe no campo a fim de cultivar essas frutas. Segundo ele, já existem núcleos de produção no Rio Grande do Sul: na Serra, no Litoral, no Planalto (próximo a Passo Fundo). Esses núcleos constituem a cadeia das frutas nativas, o que, estrategicamente, na avaliação do pesquisador, deveria ser objeto de incentivo. Segundo ele, a Embrapa já vem desenvolvendo projetos interessantes nesse sentido. Hoje existem roteiros dos butiazais que se integram ao turismo local – aspecto interessante do ponto de vista da economia enquanto produto diferenciado local.

Mas, se a expansão de tais cultivos ainda é bastante tímida no país, existem espécies como a goiaba-serrana, fruto que ocorre tanto nos estados do sul como na Argentina e no Uruguai, que fazem carreira rendosa há muitos anos na Nova Zelândia e Colômbia, responsáveis por safras em torno de 1,5 mil toneladas/ano, tendo os países europeus como destino. Se o mesmo não ocorre no Brasil, e, conseqüentemente, no Rio Grande do Sul, é porque o modelo brasileiro de agricultura é o da monocultura: “O governo do estado não investe nisso, não tem interesse, está preso ainda à lógica de ganhar dinheiro. Não acreditam que esse cultivo dê retorno”. Para o professor, os dirigentes só vão compreender esse potencial “no momento em que for mostrada a eles uma foto dessa fruta nativa sendo explorada em outros países”, ironiza.

Bromelia antiacantha (Bromeliaceae)

Conhecida popularmente por bananinha-do-mato ou gravatá, é uma planta rosetada do estrato herbáceo das vegetações do Pampa e da Mata Atlântica no RS. Seus frutos são constituídos por bagas ovoidais, apresentando propriedades fitoterápicas utilizadas por comunidades rurais na medicina popular para a produção de xaropes para problemas respiratórios, possuindo também potencial alimentar e nutricional. Por sua rusticidade, pode ser considerada uma espécie com forte perspectiva para agricultura agroecológica. A partir do levantamento de frutos em plantas localizadas no Instituto de Biociências da UFRGS, foi possível iniciar o estudo sobre o potencial de produção dessas plantas: foram obtidos oito cachos maduros, coletados

de grupos de plantas entre março e junho de 2015. Após o processo de contagem e pesagem dos frutos, buscaram-se receitas de elaboração de sucos, mas não foram encontradas informações sobre essa espécie no Rio Grande do Sul, somente sobre a elaboração de xaropes. Para os sucos, realizou-se a trituração dos frutos, seguindo com pasteurização, já que se verificou a presença de polpa com líquido levemente cáustico, se não fervida. Na sequência, após o preparo final, realizou-se a experimentação de paladares com um grupo de seis pessoas. A receita com base em uma quantidade mínima de 10 frutos por cada litro de água, com uso de duas colheres de açúcar mascavo, teve êxito. Os trabalhos futuros serão retomados na época de

frutificação com um número maior de cachos, verificando-se a produção por agrupamento de plantas, observando-se um número maior de amostras. A venda, hoje, dos cachos, em sua maioria para xarope, é de cerca de R\$ 10,00 o quilograma do suco. Estima-se que a produção de frutos e de sucos possa ser uma grande alternativa no campo, bem como uma opção para a conservação dos remanescentes de Mata Atlântica e Pampa

*Pesquisa: Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá) e Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA), grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e ao Programa de Pós-Graduação em Botânica da UFRGS



Memórias de uma geração

Verdes Anos *Obra da Editora da UFRGS conta a história do filme que marcou o cinema gaúcho*

Com sessão de autógrafos marcada para a 62.^a Feira do Livro, *Verdes Anos* relembra e documenta a trajetória do filme de mesmo nome produzido no Rio Grande do Sul em 1984, com direção de Carlos Gerbase e Giba Assis Brasil, música de Nei Lisboa e Nelson Coelho e Castro – na época todos tinham menos de 30 anos, assim como as outras 18 pessoas na equipe de filmagem. A publicação foi uma iniciativa da Coordenação de Cinema, Vídeo e Fotografia da Secretaria da Cultura de Porto Alegre em parceria com a Editora da UFRGS.

A historiadora Alice Dubina Trusz foi convidada para a missão de recolher a fortuna crítica do filme publicada à época e coletar a memória oral dos protagonistas dessa história. A pesquisa durou dez meses e os resultados foram registrados em mais de 300 páginas. No total foram 27 pessoas entrevistadas e um grande número de documentos levantados, como materiais gráficos e fotografias de cenas e de bastidores, que acompanham o livro. Alice conta que não assistiu a *Verdes Anos* à época e brinca: “Eu ainda não era parte dessa juventude intelectual universitária. Eu estava mais para os típicos personagens do filme”.

No início dos anos 1980, um momento de reabertura política no país e de mais liberdade para expressão, começa a surgir um movimento de produção cultural em Porto Alegre. São jovens universitários de classe média, com 20 e poucos anos, que estão fazendo música, teatro e cinema de forma independente, dando início a uma comunidade cultural

alternativa na cidade. O grupo produz filmes em bitola amadora Super-8 e os exibe em seu próprio circuito, já que o formato não podia ser exibido nas salas comerciais. “Os guris do cinema acabam indo ao teatro para ver seus colegas montarem peças. Vão convidar atores amadores para atuarem nos filmes; os músicos vão fazer trilha sonora tanto dos filmes como das peças e, assim, eles vão se cruzando social e profissionalmente”, explica a historiadora. Essa comunidade artística realiza três longas-metragens: *Deu pra Ti Anos 70* (1981), *Coisa na Roda* (1982) e *Inverno* (1983). Os três são premiados no Festival de Gramado na categoria Super-8 em longa-metragem, cativando público e se popularizando. Os filmes dirigidos por Giba, Werner Schünemann e Gerbase, respectivamente, tratam das diferentes fases da juventude dentro de uma temática mais urbana, cotidiana e política, renovando o cinema gaúcho. Até então, a produção cinematográfica no estado era marcada pelo teor rural e gaudério, como os filmes de Teixeirainha.

Verdes Anos foi o primeiro filme longa-metragem em 35mm (exibido no circuito comercial) dessa turma. O produtor Sérgio Lerrer convida Carlos Gerbase e Giba Brasil para a direção, enxergando no grupo potencial para sucesso de bilheteria com os temas juventude e cotidiano, já trabalhados por eles. “O filme, como um projeto da Z Produtora Cinematográfica, ganhou uma grande campanha promocional numa parceria com a imprensa. Esse foi um dos motivos



Os cineastas Giba Assis Brasil, Christian Lesage e Carlos Gerbase durante as filmagens de *Verdes Anos*

do grande sucesso que *Verdes Anos* alcançou”, aponta Alice.

O roteiro do filme foi inspirado no conto *Verdes Anos*, do escritor Luiz Fernando Emediato, e narra a adolescência de uma turma de colégio que vive em uma pequena cidade no interior do Rio Grande do Sul durante a Ditadura Militar em 1972. O filme é exibido pela primeira vez no dia 9 de abril de 1984 no Festival de Cinema de Gramado. A estreia comercial acontece em 25 de maio do mesmo ano em Porto Alegre nos cinemas Scala e Coral. É um grande sucesso de bilheteria. Para a autora do



Verdes Anos:
memórias de um filme e de uma geração
Alice Dubina Trusz
Dia 12/11, 16h
Praça de Autógrafos

livro, a produção foi um marco no cinema gaúcho “porque ele foi lançado como o primeiro projeto de um polo cinematográfico de produção contínua que deveria ser instalado no Rio Grande do Sul – uma demanda muito antiga da nossa classe cultural”. E também

porque conquistou um grande público, entrou para a memória afetiva de uma geração e produziu identificação com os verdes anos que todos nós vivemos.

Cássia de Oliveira, estudante do 7.^o semestre de Jornalismo da Fabico

UFRGS na Feira

De 28 de outubro a 15 de novembro, a Editora da UFRGS participará de mais uma edição da Feira do Livro de Porto Alegre. Neste ano serão disponibilizados aos visitantes da Feira 386 títulos de diversas áreas do conhecimento, sendo o maior número de

obras proveniente do Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, pela Série Estudos Rurais. Na página facebook.com/editora.ufrgs, os interessados poderão conferir a programação das 14 sessões de autógrafa dos 28 livros publicados ao longo de 2016.



A inserção da vegetação na paisagem antrópica

Nara Rejane Zamberlan dos Santos
Dia 29/10, 17h
Praça de Autógrafos



Da autonomia da boca: um estudo da constituição do ensino da Odontologia

Cristine Maria Warmling
Dia 04/11, 20h
Praça de Autógrafos



A modernidade impressa: artistas ilustradores da Livraria Globo - Porto Alegre

Paula Viviane Ramos
Dia 11/11, 17h
Praça de Autógrafos



Clínicas do trabalho e paradigma estético

Fernanda Spanier Amador, Maria Elizabeth Barros de Barros, Tania Mara Galli Fonseca (Org.)
Dia 29/10, 18h
Praça de Autógrafos



Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento

Paulo Dabdbab Waquil, Alessandra Matte, Márcio Zamboni Neske, Marcos Flávio Silva Borba (Org.)
Dia 04/11, 16h | Memorial



Le monde des argiles - O mundo das argilas (edição bilingue)

Alain Meunier, Edson Campanhola Bortoluzzi, André Sampaio Mexias
Dia 11/11, 18h
Praça de Autógrafos



Conflitos ambientais e controvérsias em ciência e tecnologia

Jalcione Almeida (Org.)
Dia 04/11, 16h
Memorial



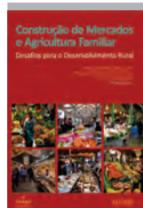
Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias

Fabiana Thomé da Cruz, Alessandra Matte, Sergio Schneider (Org.)
Dia 04/11, 16h | Memorial



Redes de atenção integral à infância e juventude: psicanálise, saúde mental, assistência social

Analice Palombini, Sandra D. Torossian, Ana Cristina C. Figueiredo, Andréa Máris C. Guerra (Org.)
Dia 12/11, 19h | Praça de Autógrafos



Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural

Flávia Charão Marques, Marcelo Antônio Conterato, Sergio Schneider (Org.)
Dia 04/11, 16h
Memorial



A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes

Hélgio Trindade
Dia 09/11, 18h
Praça de Autógrafos



Mulheres na área: gênero, diversidade e inserções no futebol

Cláudia Samuel Kessler (Org.)
Dia 13/11, 15h
Praça de Autógrafos



FABIO ZAMBOM/DIVULGAÇÃO

Arte como rede

O grupo Usina do Trabalho do Ator recebeu o Prêmio Braskem Em Cena deste ano na Categoria destaque pelo processo de criação da montagem *Dança do Tempo*

Processos colaborativos Grupos desenvolvem espetáculos com a participação do público

O som dos tambores ecoa pelas ruas de Porto Alegre, como que convocando ao encontro. Encontro este proporcionado pelo jongo – dança de roda de influência africana movida pelo ritmo dos tambores e das canções. Convide a conhecer a saga de mulheres que querem realizar o anseio de ter filhos e pedem ao Orixá Tempo que lhes conceda o milagre. Os vestidos longos e rodados, os turbantes e outros componentes da cultura afro-brasileira misturam-se aos atores, aos passantes e a quem mais quiser participar. Elementos que compõem a montagem *Dança do Tempo*, do grupo Usina do Trabalho do Ator (UTA).

O espetáculo tem cinco atores fixos e a cada vez são convidadas outras 14 pessoas – que não precisam ter experiência em atuação – a se juntarem a eles na construção da performance teatral, dividida em duas partes: o ensaio e a peça em si. O ensaio com esses convidados é feito como parte da apresentação para que os espectadores possam igualmente participar da descoberta e da apropriação da narrativa e dos componentes visuais e sensoriais que vêm junto dela. O grupo baseou-se no compartilhamento de diversos elementos que caracterizam a cultura afro-brasileira, como livros, contos, músicas, danças e objetos visuais, moldados e transformados em ritmos, danças, canções e narrativas, a fim de conferir status a essa cultura.

Para a professora do Departamento de Arte Dramática (DAD) e atriz do UTA Gisela Habeyche,

a ideia da montagem parte da mistura de linguagens e do caráter artístico do compartilhamento, ao convidar o público a participar ativamente: “Um desejo nosso era de borrar esse lugar do artista, a fim de que a gente não soubesse exatamente quem é quem. Então, não tem certo ou errado; abrimos mão do rigor que existiria num teatro mais formal, pois para nós interessa mais a pessoa participar, sair daquele lugar passivo”. Outro aspecto é o viés mais pedagógico, ligado ao ensino de teatro: “Queríamos também dar a ver esses mecanismos do teatro de fazer as coisas acontecerem, dessacralizando essa arte. Cada espetáculo é completamente diferente do outro, porque existem 14 pessoas lá fazendo a coisa acontecer de outro jeito”.

Ademais, a produção foi pensada para ocupar os espaços comuns das cidades: as ruas. “Tem um caráter democrático, mas também tem um aspecto poético do encontro. Ainda existe certa magia no teatro que tem relação com esse encontro. Na nossa peça, percebemos isso ao ver as pessoas cantando junto as mesmas músicas, observando alguma coisa ou até interferindo na performance”, reflete a atriz.

O emaranhado – Além da aproximação dos espectadores, a criação da *Dança do Tempo* foi toda pensada a partir de um processo de colaboração, em que todos os membros do grupo, ao juntarem suas referências e vivências, deram vida ao espetáculo. Gisela vê esse movimento como bastante recente

e particular: “O status de um diretor que faz escolhas e determina todo o percurso de direção é cada vez menos rígido. No nosso grupo, isso sempre foi assim. Eu acho que existe, hoje em dia, e cada vez mais, uma maior autonomia de criação por parte do ator na estética do seu trabalho. Nós temos o desejo de desenvolver esse tipo de pesquisa. De pensar que linguagem é essa que estamos usando e de quais instrumentos dispomos no nosso corpo para fazer isso acontecer”.

As relações dentro do teatro e da dança, na percepção do professor do DAD Chico Machado, vêm se moldando conforme os períodos: “No teatro, por exemplo, as posições atendem historicamente a uma relação hierárquica. Entendia-se antigamente que o autor do texto seria também o autor da peça, e isso vai ser contestado no início do modernismo, quando começa a aparecer a ideia de diretor, por exemplo”.

Na cena colaborativa mais contemporânea, a questão principal ainda vai ser a discussão da autoria e das relações, mas não a dissolução das posições. “A ideia é de que nesses processos as funções permaneçam, mas que elas se desdobrem e passem a transitar por outras atividades também. Isso para ter olhares de fora, que ajudam a resolver as coisas. Acaba sendo tudo uma soma; há um ganho de organicidade e de materialidade no trabalho com isso tudo”, expõe. Mesmo que essas dinâmicas se mostrem pungentes na cena atual, para o professor,

elas são apenas um reflexo da multiplicidade nos modos de se fazer arte e continuarão coexistindo com várias outras, visto que a heterogeneidade nos pensamentos é um dos meios mais ricos para não cair na ideia das construções hegemônicas, que podem se mostrar nocivas ao desenvolvimento dos fazeres artísticos.

A teia da dança – Os movimentos triviais, as interações e as danças anônimas que nos rodeiam em todos os lugares nas cidades e que passam quase despercebidas são a matéria-prima para o espetáculo *WebCoreô* da Muovere Cia. de Dança Contemporânea. As observações gravadas em vídeo funcionarão como material processual para a criação coreográfica da montagem, que está prevista para estreiar em novembro.

Para isso, o grupo irá montar palcos em lugares “incomuns”, como praças e shoppings, e filmar não só a apresentação de quem se dispuser a expor a sua dança como também o que se passa no entorno em termos de movimentação. “É um momento de encontrar a dança, que não é aquela esperada, não é a dança da companhia de dança, reconhecida entre os pares. É a dança das margens. Um momento de perceber o movimento inusitado, talvez de uma pessoa que seja contaminada pela musicalidade, ou pelo gesto do outro. A ideia é de que tudo seja matéria de pesquisa o tempo inteiro. Tudo pode ser dança. É o amadurecimento de perceber que a dança pode estar em

qualquer lugar”, comenta o designer gráfico Sandro Ka, que produz o projeto gráfico da montagem.

O trabalho de composição do espetáculo já vem sendo realizado desde 2014 por uma equipe que tem dialogado horizontalmente, repensando a tecnologia, o próprio lugar do corpo nas mediações audiovisuais e a relação com o público. Para a produtora Joice Rossato, o processo de colaboração é um movimento bastante contemporâneo dentro das artes. “A equipe ser multidisciplinar é uma coisa que tem tudo a ver com a cena colaborativa. Todo mundo aqui tem uma formação e executa outra função também; ninguém é só bailarino ou produtor. Por isso, no fim, quando os bailarinos entrarem em cena, toda a equipe vai estar lá também, porque a gente criou junto desde sempre”, comenta.

A busca que o grupo tem feito, dentro das linguagens ligadas à tecnologia, de repensar as interações e explorar as habilidades de cada um da equipe é, para a diretora do espetáculo, Jussara Miranda, algo que requereu tempo prolongado de criação. “O processo colaborativo só chega por meio da experiência, do dia a dia, do ceder, do abrir-se, do outro saber até que ponto pode ir. Uma coisa que permeia isso tudo é o respeito entre as pessoas. Ninguém é melhor, mas ninguém é pior também, principalmente. Essas trocas fazem a gente se agigantar”, conclui.

Júlia Costa dos Santos, aluna do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico



DESTAQUE



O espetáculo *Almodóvar Autopeças* parte da real existência dessa oficina no interior de São Paulo e mergulha os fatos cotidianos em caos e ficção

DAD bota o bloco na rua

Teatro *Mostra* reúne espetáculos de alunos

A *Mostra de Teatro DAD 2016* acontece de 13 de outubro a 2 de dezembro e apresenta as produções dos alunos de graduação em Teatro feitas ao longo deste ano. Realizado pelo Departamento de Arte Dramática do Instituto de Artes, o evento conta com nove espetáculos, um Painel da Licenciatura e um desfile de figurinos. Todas as atividades são abertas ao público e têm entrada franca.

Os espetáculos, resultantes do estágio de atuação e montagem, contam com peças de ampla temática – desde textos de escritores como Caio Fernando Abreu até dramaturgias realizadas pelos próprios alunos, que puderam experimentar linguagens diferentes. A professora Gisela Habeyche, integrante da comissão organizadora da mostra, destaca que muitos dos espetáculos locais do Porto Alegre em

Cena, ocorrido em setembro deste ano, têm relação com a produção que se realiza dentro do DAD – de dez peças, três foram diretamente produzidas dentro do Departamento. “O *Porto Alegre em Cena* é, de certa forma, um índice de qualificação desses trabalhos, para a gente não imaginar que eles sejam pouco significativos no panorama cultural da cidade”, afirma.

Além das peças, a mostra conta com o Painel da Licenciatura, momento em que os alunos discutem não só sobre seus trabalhos de conclusão, mas também sobre a pedagogia teatral e o valor de ensinar teatro nas escolas. “Em geral, o painel é um lugar muito poético, mas também muito crítico, muito bem posicionado. Traz uma renovação no pensamento que se tem da pedagogia teatral”, relata Gisela. Anexo

à mostra e representando seu fechamento, ocorrerá o Desfile de figurinos, fruto do projeto de extensão *Guarda-Roupas do DAD Vive*, realizado pela professora Gisela e pelo professor João Carlos Machado. O desfile, que percorrerá as ruas do centro da capital no dia 2 de dezembro, contará com a participação de voluntários, que vestirão figurinos criados a partir das peças disponíveis no acervo do guarda-roupa do DAD. “Nós estamos trabalhando para fazer o guarda-roupa do DAD viver a despeito de todas as dificuldades – de estrutura, de verba, de funcionários. A gente tem vontade de colocar o bloco na rua, de dar visibilidade para o departamento, já que tanta coisa importante acontece ali – especialmente nesse momento político difícil que a gente está passando”, ressalta a professora.

MÚSICA



VII Encontro Internacional de Flautistas do RS

As atividades incluem recitais, masterclasses, palestras, fóruns e comunicações de pesquisa. Entre os convidados estão

Anders-Ljungar Chapelon (Suécia), Elena Cecconi (Itália), Christine Erlander Beard (EUA) e Christopher Lee (Canadá). Coordenação do professor Leonardo Loureiro Winter.

Data: 8 a 11 de outubro
Mais informações: <http://www.encontrodeflautistas2016.com>

Lecture-recital

“*Scattered Loves* de Celso Loureiro Chaves e *Um ponto ao Sul* de Maria Lucia Cattani – interseções composicionais”, homenagem à artista visual e professora do IA Maria Lucia Cattani.

Apresentação: 11 de outubro, 18h30
Local: Auditorium Tasso Corrêa
Entrada franca

Encontro de grupos vocais a cappella do RS – 2016

Apresentação: 22 de outubro, 19h
Local: Auditorium Tasso Corrêa do IA/UFRGS (Rua Senhor dos Passos, 248, térreo). Entrada franca

Recitais de alunos e professores

Local: Auditorium Tasso Corrêa

Consulte no site: <http://www.ufrgs.br/instituto-deartes>
Entrada franca

UNIMÚSICA 35 ANOS - Concerto com Elza Soares

Retirada de ingresso através da troca de um livro, em bom estado, a partir de 31 de outubro (segunda-feira), das 9h às 20h, no mezanino do Salão de Atos.

Apresentação: 3 de novembro, 20h

Local: Salão de Atos da UFRGS

CINEMA

Em Cartaz: Cinema pelo Mundo

A Sala Redenção, em parceria com Sesc/RS, apresenta nove filmes, de diferentes estilos, escolas e nacionalidades, realizados entre os anos 2010 e 2014. Sessões com entrada franca.

PAIS E FILHOS (Soshite Chichi ni Naru, Japão, 2013, 121 min), de Hikorazu Koreeda
Sessões: 3 de outubro, 16h; 14 de outubro, 19h; 17 de outubro, 16h; 20 de outubro, 19h



O SONHO DE WADJDA (Wadjda, Arábia Saudita/Alemanha, 2012, 98 min), de Haifaa Al-Mansour
Sessões: 3 de outubro, 19h; 4 de outubro, 16h; 17 de outubro, 19h; 18 de outubro, 16h; 24 de outubro, 16h

VIVER É FÁCIL COM OS OLHOS FECHADOS (Virer es Fácil con los Ojos Cerrados, Espanha, 2013, 108 min), de David Trueba
Sessões: 4 de outubro, 19h; 5 de outubro, 16h; 18 de outubro, 19h; 19 de outubro, 16h



CLUB SANDWICH (Club Sandwich, México/França, 2013, 82 min), de Fernando Eimbcke
Sessões: 5 de outubro, 19h; 6 de outubro, 16h; 20 de outubro, 16h; 21 de outubro, 19h

HIPÓCRATES (Hippocrate, França, 2014, 102 min), de Thomas Lilti
Sessões: 6 de outubro, 19h; 7 de outubro, 16h; 21 de outubro, 16h; 24 de outubro, 19h

CAMINHO PARA O NADA (Road to Nowhere, Estados Unidos, 2010, 121 min), de Monte Hellman
Sessões: 7 de outubro, 19h; 10 de outubro, 16h; 25 de outubro, 19h; 26 de outubro, 16h



LA SAPIENZA (França/Itália, 2014, 101 min), de Eugène Green
Sessões: 10 de outubro, 19h; 11 de outubro, 16h; 27 de outubro, 16h; 31 de outubro, 19h

ERA UMA VEZ EM NOVA YORK (The Immigrant, Estados Unidos, 2013, 120 min), de James Gray
Sessões: 11 de outubro, 19h; 13 de outubro, 16h; 25 de outubro, 16h; 27 de outubro, 19h

AMAR, BEBER E CANTAR (Aimer, Boire et Chanter, França, 2014, 108 min), de Alain Resnais
Sessões: 13 de outubro, 19h; 14 de outubro, 16h; 28 de outubro, 16h; 31 de outubro, 16h

Mostra Tela Indígena

Ciclo organizado pela Sala Redenção em parceria com o Núcleo de Antropologia de Sociedades Indígenas e Tradicionais que visa divulgar a pluralidade das culturas indígenas. Após a sessão, debate com José Otávio Catafesto, etnoarqueólogo e professor da UFRGS, e Denise Fagundes Jardim, professora de antropologia social da Universidade. Sessão com entrada franca.

CORUMBIARA (Brasil, 2009, 117 min), de Vincent Carelli
Sessão: 26 de outubro, 19h

En Quête de Sens

A mostra é um projeto da aluna de Engenharia Ambiental da UFRGS Eléonore Pierrat. O filme tem temática ambiental, mostrando a relação

que os seres humanos desenvolveram entre si e com a natureza. Após a projeção, a estudante conduzirá a conversa acerca dos temas abordados no filme.

EN QUÊTE DE SENS (França, 2015, 87 min), de Nathanaël Coste e Marc de la Ménardière
Sessão: 19 de outubro, 19h

12.º Dia Internacional da Animação

Comemoração da data com uma sessão simultânea de curtas-metragens de desenho animado nacionais e internacionais em mais de 200 cidades do país. A realização do evento é da Associação Brasileira de Cinema de Animação. Em Porto Alegre, com produção da Besouro Filmes em parceria com a Sala Redenção, haverá também uma mostra infantil.

MOSTRA INFANTIL – 28 de outubro, 14h

MOSTRA OFICIAL – 28 de outubro, 19h30

TEATRO



Expedição Monstro

Atividade do Projeto Teatro, Pesquisa e Extensão da UFRGS, o espetáculo teve sua dramaturgia criada por Matheus Melchionna a partir de improvisações e colaborações do grupo de atores. Apresentações: quartas-feiras de outubro (dias 5, 12, 19 e 26), às 12h30 e às 19h30
Local: Sala Qorpo Santo
Entrada franca
Classificação indicativa: livre.

ONDE?

► Auditorium Tasso Corrêa
Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4336

► Pinacoteca Barão de Santo Ângelo
Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4302

► Sala Qorpo Santo
Luiz Englert, s/ n.º, ao lado da Sala Redenção
Fone: 3308-3080

► Sala Redenção
Luiz Englert, s/ n.º
Fone: 3308-3933

► Centro Cultural CEEE Erico Veríssimo
Rua dos Andradas, 1223

Meu Lugar na UFRGS

Rotina de empolgação e alegria

Imagine acordar cinco vezes por semana às 7h30 e, ainda coçando os olhos, bocejando e com um pouco de mau humor pelo horário – o despertador segue martelando a cabeça, reeditando um sentimento de “tudo outra vez” –, ao chegar ao corredor, se deparar com um inesperado e sincero “bom-dia!” e um sorriso animador como estímulos para se ter uma excelente manhã. É dessa maneira que os moradores do sétimo andar da Casa do Estudante Universitário (CEU) se sentem ao encontrar Liliane Fernandes Munhoz, auxiliar de serviços gerais, nas dependências do prédio.

Sempre com fones nos ouvidos e com sorriso no rosto, Lia, como é conhecida, parece deixar os problemas enfrentados pelos trabalhadores terceirizados, como a falta de material para a limpeza ou o salário e os benefícios atrasados – que às vezes a impedem de chegar até o local de trabalho –, do lado de fora do ônibus que pega para se locomover até a CEU. Em seu fone, duas rádios disputam sua audiência: Eldorado e Farroupilha são suas fiéis escudeiras enquanto deixa o corredor brilhando. Ela revela que escuta todos os estilos musicais.

Meio encabulada, Lia se senta para dar entrevista. O jeito extrovertido logo ressurge, e ela se solta. Desde março de 2013, aparece cantarolando pelo prédio da Casa do Estudante por volta de 6h30. Ela conta que a maior motivação que encontra para enfrentar essa rotina é a amizade com os moradores: “A necessidade fala mais alto; mesmo que o salário desmotive (risos), os moradores são maravilhosos. Procuo deixar tudo bonitinho. Então mantenho o corredor organizado. Como os

estudantes estão há muito tempo longe de casa, prefiro deixar tudo com clima caseiro”.

Prova disso se dá na época de Natal, em que o hall do sétimo andar fica repleto de enfeites comemorativos. É como se, de fato, os moradores nunca tivessem deixado suas casas. Ela ainda completa: “A relação com os moradores é dez. Não, não, na verdade é mil”, completa em meio a gargalhadas.

O andar é o único a ter um pequeno jardim com várias plantinhas, vigiado por ela com o cuidado de uma mãe. Quando há festas no hall, seu único aviso é para que cuidem de suas plantas. A fama de Lia é tão grande na casa que moradores dos outros pisos se impressionam com os caprichos existentes nas dependências do andar de número sete. Ela não hesita ao dizer que não gosta de “junção” ao seu redor enquanto trabalha. Ao revelar isso, dá mais uma risada.

A maioria das pessoas trabalharia chateada diante das dificuldades e incertezas enfrentadas pelos terceirizados (reação que seria completamente compreensível). Lia é o exemplo de que os problemas podem ser enfrentados e de que simples gestos, como um sorriso e um “BOM-DIA!” logo pela manhã, acabam moldando positividade em nosso dia a dia. Para isso, seu único esforço é agir com naturalidade e com o espírito de que o próximo dia será ainda mais alegre.

Kayan Moura

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Cordão musical

Cultura

Luciana Kiefer tem como herança a música erudita

Luciana Kiefer, cantora lírica e professora de canto da UFRGS, tem uma relação profunda com a música clássica e com a Universidade. Seu pai, o alemão Bruno Kiefer, foi durante anos professor de música da UFRGS, assim como a mãe, Nidia Kiefer. “Minha casa sempre foi frequentada por artistas. Aos seis anos comecei a acompanhar minha mãe em um encontro de músicos. Pedi a ela que me ensinasse a tocar flauta, mas ela relutou, achando que eu não iria aprender muito por ela ser minha mãe, até que, aos sete anos, fui estudar flauta doce e canto em conjunto, corais e orquestras em um projeto no Projeto Prelúdio”, conta Luciana.

Diferentemente da maioria das pessoas que se interessam pelas artes, Luciana sempre teve preferência, na escola, por matérias ligadas às ciências exatas – caminho que a levou para a faculdade de Arquitetura e Urbanismo. “Na época, pensava que só conseguiria ser arquiteta caso fizesse a faculdade, enquanto a música poderia ser estudada por fora. Não era bem assim, a música com formação consistente deve ter horas de dedicação diárias”, explica a professora, que jamais exerceu a profissão, já que, após receber o canudo como arquiteta, se mudou para Curitiba para estudar canto.

Mal sabia Luciana que a pouco mais de um quilômetro do prédio da faculdade de arquitetura estaria seu local de trabalho como professora de canto, sua especialidade, ainda que também toque instrumentos, como o violino, a flauta doce e o piano. A música lírica é o único estilo com que trabalha. Foi exatamente o eruditismo que levou a cantora para fora do Brasil por diversas oportunidades. Todos os anos, ela viaja à Itália para fazer uma espécie de curso intensivo. No “país da bota” também apresenta concertos de ópera e recitais de música brasileira. A fluência em italiano, espanhol, francês e alemão ajuda na hora de rodar o mundo através da música.

Questionada sobre o peso que a música tem em sua vida, Luciana não titubeia ao afirmar: “A música representa tudo para mim, é minha vida. Ser música é toda uma maneira de ser e de ver o mundo; cria-se uma percepção



FOTOS: FLAVIO DUTRA/JU

diferente por meio da música”. Ressalta, no entanto, que o mercado musical é difícil, sendo necessário que cada um crie suas oportunidades dentro da área.

Ópera – A professora comenta que há desafios a serem enfrentados ao se apresentar uma ópera,

“Lecionar me ajuda a crescer como cantora. Uma carreira acrescenta à outra.”

tendo em vista que é necessária uma atuação semelhante ao processo que ocorre no teatro. “A música erudita acaba envolvendo toda uma performance, como o canto, a oratória, além do repertório de câmara – com orquestras completas. Como não há microfones, a voz é mais colocada, mais lírica, com elaboração diferente. É como se a música se identificasse com a poesia”, explica.

Luciana se diz calma no dia a dia, mas afirma que se cobra

muito para que tudo dê certo no trabalho. “Sou tranquila, porém, muito enérgica, pois há muitos detalhes que, sem atenção, passam despercebidos e acabam prejudicando o resultado. Sou detalhista e organizada. Na Ópera do IA, por exemplo, são cerca de 80 pessoas trabalhando juntas, na mesma atividade; é preciso comandar, conseguir coordená-las para que tudo aconteça conforme o esperado. Não me considero tirana, mas zelo pela organização”, conclui.

A professora diz que dar aula a ajuda a ser uma musicista melhor. “Lecionar faz com que eu descubra caminhos para mostrar aos alunos. Vou desmembrando detalhes que me ajudam a crescer como cantora. Uma carreira acrescenta à outra. Há quem diga que fazer as duas funções ao mesmo tempo prejudica, mas eu amo dar aula e amo cantar. Creio que as duas atividades me completam.” Luciana tem o elo com a música muito mais forte do que se imagina. Não seria exagero, portanto, dizer que a ligação genética que tem com seus pais não se dá através do cordão umbilical, mas sim das cordas vocais.

Kayan Moura, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico



Rio 2016

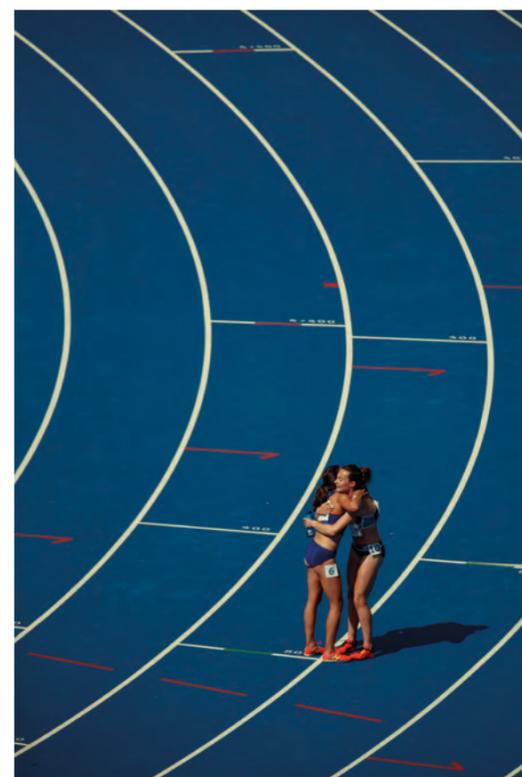
FOTOS **DANIEL MARENCO**TEXTO **FLÁVIO DUTRA**

Fotógrafos costumam desconfiar de três tipos de elogios, invariavelmente lançados com as melhores intenções: *que linda imagem, parece uma pintura*; ou: *que bonito, parece um cartão postal*; e ainda: *que foto hein, qual máquina tu tem?* (ou sua variante: *que máquina boa, hein?*).

Fotógrafos esportivos lidam com o que há de mais atual em equipamentos fotográficos. Câmeras, flashes, lentes, controles remotos, drones, computadores, softwares de edição e transmissão. Os grandes eventos esportivos - copas de futebol, rúgbi, campeonatos mundiais nas diversas modalidades ou a consagração conjugada de todos, as Olimpíadas - costumam oferecer coberturas midiáticas que utilizam os maiores avanços tecnológicos nas suas áreas.

Ainda assim, experiência, preparo, observação, energia e alguma sorte são ingredientes que, sem eles, profissional algum conseguiria nos proporcionar a variedade de imagens a que temos acesso nessas ocasiões. Pode-se dizer, é o fundamental componente humano ou, ainda, o que alguns chamam de “olho de fotógrafo”. Certamente, uma forma particular de ver o mundo e de transformá-lo em imagem.

As tomadas desta página foram feitas por Daniel Marenco, gaúcho de São Leopoldo, fotógrafo do jornal O Globo. Segundo Daniel, para esta Olimpíada, além das exigências antes citadas, foi necessária também uma dose enorme de disposição. Suas jornadas começavam às 6h da manhã, algumas vezes se estendendo até duas horas da madrugada. “Éramos quatro fotógrafos de O Globo cobrindo as áreas de competições em Deodoro, Maracanã, Barra e Copacabana. Fazíamos um rodízio, cada um indo em cada dia para um lugar.” Nessas condições, mesmo para um grande jornal, é muito difícil concorrer com a capacidade de produção de agências de notícias e de imagens, como a Getty ou a Reuters. “Cada agência contava, em média, com 50 profissionais, além de posições privilegiadas nas arenas. Tinham vantagens, também, nos sistemas de transmissão, pois costumam trabalhar com um editor que recebe as fotografias diretamente das câmeras.” Nesses grandes eventos, uma imagem feita por fotógrafo de agência leva, em média, 125 segundos entre a captura e a disponibilização para os clientes. Já Daniel, nas duas semanas de competições, produziu 28.889 fotos, transmitindo ao seu jornal 2.247. Diz que terminou o trabalho sem nenhuma lesão (tente segurar uma câmera com uma teleobjetiva que pesa cerca de 4,5kg por algumas horas, mesmo sustentado por um monopé), ainda que, depois de toda a adrenalina, sentisse dores por todo o corpo.



Contra a cultura da violência

58.497 VÍTIMAS DE MORTES VIOLENTAS; 47.646 estupros; uma pessoa morta pela polícia a cada três horas. Os números do 9.º Anuário Brasileiro de Segurança Pública expressam uma realidade que tem impactado o país. No documento, também a percepção da população nacional sobre essas questões chama a atenção: metade dos residentes em grandes cidades acredita na máxima 'bandido bom é bandido morto'. O relatório preparado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – um grupo de lideranças e profissionais ligados a organizações policiais, secretarias de segurança pública, centros de pesquisa e organizações não governamentais – aponta também que 28% dos crimes violentos que resultam em morte acontecem nas capitais.

Para os porto-alegrenses, esse dado ganha ainda maior relevância com um conjunto de notícias que vieram a público em setembro passado: no primeiro fim de semana do mês, ocorreram 33 homicídios na cidade; um jovem foi morto

com 18 tiros no aeroporto Salgado Filho; e, para completar o cenário, o ranking colaborativo *Crime Index* colocou a cidade na 9.ª posição entre as mais violentas do mundo. A sensação da população local se agrava com o parcelamento dos salários dos policiais militares pelo governo estadual e com um inédito chamado da Força Nacional – um efetivo de 120 servidores chegou a Porto Alegre no final de agosto.

A partir desse contexto, o CADERNO JU apresenta reflexões de pesquisadores e profissionais de segurança que se dedicam a analisar o fenômeno da violência urbana e a possibilidade de paz por meio da segurança cidadã. Ainda, a reportagem traz iniciativas da Brigada Militar e da Guarda Municipal que buscam contribuir para esse processo por meio de ações que, menos usuais, podem ser mais eficazes no sentido de tornar a cidade menos violenta tanto em sua cultura quanto em seu cotidiano e, assim, contribuir para a redução dos índices de criminalidade.

TEXTO **EVERTON CARDOSO**

FOTOS **FLÁVIO DUTRA**



Com a incumbência de superar a visão pré-pronta de que o tráfico de drogas é a única causa da violência, a professora do Departamento de Sociologia da UFRGS Letícia Schabbach coordenou, na região Sul, um levantamento de dados quantitativos sobre o assunto. A partir de entrevistas com policiais, delegados, juizes, promotores, advogados de defesa, secretários municipais de segurança, integrantes de ONGs e conselhos de segurança, a equipe de pesquisadores levantou elementos sobre as características e motivações de mortes intencionais. No Rio Grande do Sul, as cidades estudadas foram a capital e mais três, todas com elevadas taxas de homicídios – o estudo foi organizado pelo Ministério da Justiça e incluiu outros 80 municípios no Brasil, investigados por outras equipes. “São Leopoldo tem apresentado uma elevação nos últimos anos. Isso envolve a crise da indústria calçadista, o desemprego e o tráfico de drogas. Alvorada tem a particularidade histórica de ser cidade dormitório. Teríamos que ter atenção especial para entender um pouco o que se passa. Canoas teve políticas de prevenção do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), o que já diminuiu o volume de homicídios. Em Porto Alegre, pela percepção dos informantes, a violência está relacionada ao crime organizado. Essas organizações têm se fortalecido no ambiente criminogênico do complexo prisional de alta segurança”, relata. Uma parte significativa dos entrevistados apontou a necessidade de se diferenciar quando o homicídio é relacionado diretamente com o negócio do tráfico – os envolvidos que participam da rede ou consomem – ou quando envolve relações próximas – familiares, amigos ou namorados, por exemplo. “A pessoa não participa diretamente, mas acaba entrando no conflito de alguma forma”, esclarece a também coordenadora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFRGS. Entre outras causas de homicídios citadas pelos entrevistados estão a violência das relações íntimas – entre familiares ou amigos –, a violência policial, os conflitos de trânsito e outros.

Cultura da violência – Para os pesquisadores e líderes do Grupo de Pesquisa em Violência e Cidadania, José Vicente Tavares dos Santos e Alex Niche Teixeira, a questão da violência está arraigada à cultura brasileira. “As pessoas têm a violência como orientadora. É uma violência difusa. Há um sentimento de vingança, em vez de uma expectativa de reparação por meio do Direito”, analisa José Vicente. O docente aponta, ainda, que essa é uma expressão do excesso de poder que permite ganho material ou simbólico. “Esse recurso é mostrado na televisão, está no imaginário. Precisamos de um trabalho de cultura da paz. Não é uma questão policial, nem jurídica, mas social”, pondera. Para Alex, há também uma dimensão do patriarcado e do machismo manifesta nessas relações violentas. “No tráfico, há muito acerto de contas que não é comercial, mas de honra, por problemas interpessoais entre os sujeitos vinculados a essas práticas. O homicídio aparece como demarcador de respeito e poder”, complementa.

Para ambos os pesquisadores – docentes do Departamento de Sociologia da Universidade –, a disponibilidade de armas de fogo é um facilitador para o acirramento dessa violência cotidiana e para desfechos letais. Alex aponta, ainda, uma tendência ao autoritarismo presente no contexto social brasileiro como um elemento que, juntamente com outros, contribui para uma tragédia urbana. Para tal, ele compara a realidade brasileira com a estadunidense e a suíça: nessas nações, os indivíduos podem ter armas, mas não há elevadas taxas de morte por conta disso. “A questão não é que esses estrangeiros sejam melhores que os brasileiros, mas sim que nesses países a arma está inserida num código de relação, numa relação de alteridade. Quem sou eu em relação a você? Quem é você em relação a mim?”, problematiza sobre um excesso nas relações que se manifesta, no Brasil, nas ruas, na política e em outros contextos, de forma generalizada.

Diante dessa realidade, então, surge uma questão central: como enfrentar esse problema. Segundo o levantamento feito por Letícia Schabbach, há reclamações marcantes entre os agentes ligados às forças policiais: falta de recursos e baixos salários levariam a uma desmotivação do efetivo. Além disso, transparece uma falta de articulação entre as diversas instâncias estatais que são responsáveis pelas políticas de segurança pública. Para Alex Niche Teixeira, não chega a se configurar um sistema, um circuito de segurança. “É cheio de falhas”, diz. Como sintoma disso acontece o que José Vicente Tavares dos Santos chama de “impunidade socialmente seletiva”: a maioria dos homicídios não é resolvida. “O Código de Processo Penal permite 40 recursos, mas quem é que tem capacidade de pagar 40 vezes um advogado? Por isso também é uma questão social”, detalha. Esse viés também se manifesta na própria população carcerária: em geral, os apenados vêm de territórios das grandes cidades em que o Estado está ausente ou chega de forma autoritária. “São medidas cosméticas”, dispara o docente. Outra consequência é um “populismo penal”, uma crença do senso comum de que a solução para a criminalidade é encarcerar. Com relação a esse assunto, Alex complementa: “Vemos crítica aos juizes que soltam presos”. Esse moralismo é, inclusive, usado como mercadoria política: há quem use essas visões distorcidas de segurança e política como forma de amedrontar apoio popular. A saída, porém, deveria estar em acertos sociais para reduzir os homicídios e a violência. Como experiências nesse sentido, os professores e pesquisadores citam as Unidades de Polícia Pacificadora, do Rio de Janeiro, o programa Ceará Pacífico, e o Fica Vivo, de Belo Horizonte. Em comum, têm a busca por uma mobilização das populações de áreas violentas com vistas a um movimento de pacificação.

Pacifismo ativo – A cultura da paz, porém, é eclipsada pelo seu oposto, segundo o professor do Departamento de História da UFRGS Adolar Koch. “A violência pauta todos os noticiários, e a cultura da paz é muito diminuída. A sociedade, então, é tomada por um sentimento de defesa com relação à cultura da violência”, elabora. O docente, no entanto, enfatiza que a cultura

violenta é uma construção histórica: “Existe uma herança da cultura estadunidense, de banguê-banguê”. Essa liberdade que os cidadãos dos EUA têm para viver armados, porém, não seria possível no Brasil, já que aqui as pessoas, de modo geral, não são capacitadas para um uso adequado desses dispositivos letais. “Prevalece o clima emocional”, assevera. Ele ainda aponta a perspectiva capitalista neoliberal como uma causa para isso: os investimentos em segurança, educação e saúde são reduzidos e, se possível, terceirizados por meio de medidas como segurança privada, condomínios fechados e cercas: “É uma estratégia. Entrega-se para o comércio”. Como reversão desse quadro, Adolar sugere a tomada de um conceito do ativista indiano Mahatma Ghandi como referência: o “pacifismo ativo”. “A pessoa que se dedica à cultura de paz não fica parada, passivamente esperando. Trabalha na educação, divulga valores humanos. A cultura de paz pode ser trabalhada em termos de valores humanos em muitos lugares da sociedade. Assim, usa-se a força para divulgar a paz”, ensina. Mas lamenta: “O atual governo vê essa cultura como pouco importante”. Ainda assim, ele conta que há iniciativas de pacifismo ativo por parte de policiais e guardas: “Esses agentes trabalham para promover a mediação e a prevenção, mas o poder público não reconhece a atuação desses servidores”.

Dentre essas iniciativas isoladas por parte dos agentes policiais, Letícia Schabbach destaca, principalmente, a busca por uma visão mais ampla do fenômeno da violência, de uma atuação que transcenda a repressão e que inclua ações de prevenção. Segundo o relato da docente, no projeto de pesquisa que desenvolveu junto a essas autoridades, tal tendência fica bastante nítida nos territórios mais violentos de Porto Alegre – sobretudo nas regiões dos bairros Restinga, Cruzeiro, Lomba do Pinheiro e Rubem Berta. Em entrevistas com representantes comunitários dessas quatro localidades – que foram contempladas com programas federais de pacificação –, os pesquisadores se depararam com uma valorização de projetos que incluíam ações preventivas, como oficinas de capacitação para jovens e o treinamento de mulheres para atuarem na identificação, mediação e encaminhamento de conflitos. “Esses líderes lamentam que os projetos não tiveram continuidade. Em 2014, houve uma mudança de foco na política nacional de segurança, que passou a destinar mais recursos para policiamento, intervenções de fronteira e prevenção ao crack”, relata.

Ações preventivas – O tenente-coronel Egon Kvietinski atualmente está à frente do 20.º Batalhão da Brigada Militar, na Zona Norte da capital. Para o militar, a atuação dos agentes de segurança ostensiva deve estar relacionada à redução de oportunidades para criminosos. Como a área pela qual é responsável abrange 120 km² e uma população residente de cerca de 350 mil habitantes, isso demanda uma gestão bastante eficaz dos “parcos recursos administrativos” de que dispõe. Para além da repressão, no entanto, o comandante tem encabeçado ações que visam incentivar a população a ocupar o espaço público. “Fazemos uma reunião com determinada comu-

nidade, e eles elegem uma praça que vá receber a ação”, conta sobre um evento que inclui o embelezamento do local, ações educativas da Brigada Militar e serviços variados organizados pela comunidade – como doação de animais e venda de artesanato e comida. “Queremos, com isso, chamar as pessoas para a rua. Temos relatos de algumas que não iam para a praça na frente da residência havia mais de ano. Diziam que era lugar de drogaditos”, comenta sobre a iniciativa, que tem surtido efeito e que, em alguns bairros, já adquiriu autonomia. “Deixou de ser da Brigada, e eles assumiram o protagonismo. Esse era nosso objetivo”, avalia. Outra ação que envolve a comunidade é a criação de grupos no Whatsapp conectados com uma central 24h no comando do Batalhão. Dessa forma, as 500 pessoas cadastradas podem fazer denúncias e apresentar suas demandas à PM. O projeto torna mais direta a comunicação entre esses cidadãos – e, com eles, suas redes de relações – e os agentes que podem auxiliá-los. Dispensa o uso do serviço telefônico por meio do número 190. “Um dos indicadores de sucesso que a polícia usa, mas de difícil mensuração, é a satisfação da clientela atendida. Pelo aplicativo, temos feedback com emojis e mensagens de agradecimentos pelo trabalho. Chega a ser emocionante”, conta.

Educar e prevenir – Na Brigada Militar, o Major Fabiano Henrique Dorneles coordena o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd). A ação, baseada na atuação voluntária de policiais, inclui a ida desses profissionais a escolas para desenvolverem atividades com os alunos em sala de aula. Com atividades lúdicas e distribuição de material didático, pretendem atuar na formação de jovens que saibam tomar “decisões sadias”, não só no que se refere a drogas, mas também com relação a comportamentos violentos. “Essas crianças vão ter o exemplo de um policial amigo, que pode mostrar o caminho certo”, conta sobre um programa que tem, segundo ele, repercussão positiva. E completa: “Para os policiais, é como se eles aprendessem a usar uma arma não letal”.

Também a Guarda Municipal de Porto Alegre mantém um Núcleo de Ações Preventivas (NAP). De acordo com o integrante do projeto Régis Abrão Schuch, mesmo que a Guarda já tenha uma imagem associada à disponibilidade de serviços da Prefeitura – principalmente por meio das escolas e dos postos de saúde –, o NAP pretende aproximar mais os agentes da comunidade escolar, estabelecendo vínculos. “Vamos uniformizados, mas sem armas. É uma imagem do guarda comunitário parceiro, não como modelo repressivo”, diz. Em suas intervenções nas escolas municipais da capital, os agentes desenvolvem atividades que tratam de temas como preservação do patrimônio público, prevenção ao uso de drogas, bullying e deveres e responsabilidades previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. “Traçamos o triste caminho de um jovem em confronto com a lei e que leva até os aparelhos do Estado, como a Delegacia da Criança e do Adolescente e outros”, relata sobre uma dinâmica que inclui vídeos, debates e teatro de bonecos. Mas lamenta: “Somos só dois guardas para desenvolver esse trabalho”.

O guarda municipal Régis Schuch desenvolve ações preventivas em escolas da rede pública de Porto Alegre



“As pessoas têm a violência como orientadora. Há um sentimento de vingança, em vez de uma expectativa de reparação por meio do Direito”

José Vicente Tavares dos Santos
Grupo de Pesquisa em Violência e Cidadania





“Bandido bom é bandido morto, desde que não seja nosso filho”

Policial desde 1982, o **juiz-coronel Fábio Duarte Fernandes**, vice-presidente do Tribunal de Justiça Militar do RS, tem sólida formação na área de segurança pública. Mestre em Sociologia e especialista em Segurança Pública pela UFRGS, atuou como comandante da Brigada Militar em 2013 e 2014. Em entrevista ao JU, analisa questões relacionadas à segurança cidadã.

Qual é o papel das polícias, em especial da Polícia Militar?

É garantir direitos fundamentais, como segurança, capacidade de permanecer no território em que se estabelece vínculo, ir e vir, usar o espaço público e mesmo se manifestar. São efetivamente direitos à não violência. A polícia tem de ter capacidade de permitir que as pessoas ocupem o espaço público, por exemplo. Isso até mesmo por questões econômicas: a mobilidade movimenta a economia.

Como deve ser a preparação de um servidor policial para essa atuação?

Ele precisa entender que não é com violência que vai resolver conflitos sociais. O Brasil é um país violento. As pessoas resolvem seus conflitos com outros conflitos, não com diálogo, e isso mostra o quanto os princípios da democracia e dos direitos humanos não estão fortes na sociedade. Além disso, como temos troca de governo a cada quatro anos, mudam as diretrizes para as polícias. Embora a força policial seja um órgão de Estado e não de governo, ela ainda não atingiu uma autonomia nesse sentido. A democracia brasileira ainda não conseguiu dar às polícias uma autogestão, uma capacidade de governabilidade perene. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, a Constituição Estadual diz que o governador é o comandante em chefe da Brigada Militar. Ele foi eleito com programa de governo, e isso tem impacto sobre a atuação da polícia. Na cabeça do servidor, é um mecanismo muito complexo. Uma hora tinha de fazer uma coisa e depois não pode mais. Por outro lado, o controle social sobre os policiais é rigoroso: eles sofrem cinco análises de seus atos por meio de sindicâncias e de processos na Justiça Militar. Não existe nenhuma instância vinculada à segurança pública em que o servidor passe por um escrutínio desses.

Como a questão dos direitos humanos permeia esse tema?

Eles nada mais são do que os direitos e as garantias fundamentais dispostos na Constituição Federal. Mas fechamos os olhos para os direitos dos presos, por exemplo. O direito fundamental é respeitar o indivíduo, reconhecer e compreender as diferenças. A polícia tem que atuar nisso. A sociedade, por sua vez, tem que entender que as pessoas todas são iguais no que se refere a direitos.

Como percebe a ideia do senso comum de que “bandido bom é bandido morto”?

Bandido bom é bandido morto, desde que não seja nosso filho. As pessoas não se dão conta de que a violência pode estar dentro de casa. Um pouco disso tem a ver com a atuação da imprensa, que contribui para um clima de violência e sedimenta a ideia de que bandido bom é bandido morto. Mas a questão é que se mata um, logo vem outro no seu lugar. Temos que atuar na raiz, criar oportunidades de emprego, renda, trabalho e

produção de cultura. Quando se faz vista grossa a um sujeito que é excluído socialmente, ele acaba assaltando para sobreviver. A sociedade tem que compreender que ela gera isso e que é responsável pelo que gera.

Como deve ser uma ideia de segurança pública, então?

Enquanto as pessoas não se derem conta de que o bom é não ter bandido, teremos essa distorção. A polícia tem a obrigação de cumprir esse papel, de ajudar o poder público a construir alternativas de inclusão. A PM tem programas sociais que também fazem o policial se aproximar da sociedade. Além disso, a polícia tem de ocupar os territórios mais violentos. Mas só isso não resolve: têm de entrar saúde, educação, geração de renda, cultura e lazer. A polícia deve garantir que esses sistemas entrem no território. Outra realidade é possível, mas é preciso mudar as relações entre as pessoas. Elas não nascem violentas, são fruto de um meio.

O sistema militarizado é adequado para a polícia?

É, sim, pois ele sofre um controle social muito forte. Além disso, a gestão militar é mais apropriada para o serviço de polícia ostensiva. O militar está na rua, em confronto direto. Ele tem, dentro de alguns parâmetros, permissão para matar uma pessoa. Além disso, militares não têm direito à greve, não se envolvem com sindicatos ou questões político-partidárias. E tem também a questão de hierarquia e disciplina.

Como se pode dar à população uma maior sensação de segurança?

A cobrança da presença de agentes policiais vem do desconhecimento que as pessoas têm. É uma questão de conciliar tecnologia de inteligência e monitoramento com ação policial. Se formos a outros países, não se vê agentes na rua, mas, quando acontece um crime, imediatamente a polícia está no local.

Qual a tua opinião sobre a presença da Guarda Nacional no RS?

Seria bom que resolvesse, mas isso efetivamente não vai solucionar. A Força Nacional foi constituída para capacitar policiais, para ter uma doutrina nacional. Os policiais dos estados receberiam dela uma capacitação de excelência e voltariam para os estados para serem multiplicadores desse conhecimento. A força se reuniria quando houvesse algum evento de grande porte ou terrorismo, por exemplo. Com os problemas diversificados no país, foi se alargando esse conceito inicial, e ela foi atuando em problemas pontuais. O RS nunca tinha solicitado apoio, o que quebra um paradigma. Mas esses agentes não são daqui, não conhecem o território, têm até de se adaptar ao clima. Seria mais vantajoso para o estado que se contratasse maior contingente para a Brigada. Torço para que dê certo, mas é um remédio que não vai atender à doença, efetivamente.